



PLANO DE TRABALHO DE ASSESSORIA TÉCNICA AOS ATINGIDOS E ATINGIDAS EM RAZÃO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM B-I E SOTERRAMENTO DAS BARRAGENS B-IV E B-IV-A DA MINA CÓRREGO DO FEIJÃO DA EMPRESA VALE S.A. NA REGIÃO 1 - BRUMADINHO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DAS DECISÕES RELATIVAS À REPARAÇÃO INTEGRAL DAS PERDAS E DANOS.

Belo Horizonte
AGOSTO 2019





Identificação da entidade e de seus coordenadores:

Entidade: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Endereço: Rua Frei Caneca, 139.

Bairro: Bonfim

Município: Belo Horizonte – MG.

CEP: 31.210-530.

Telefone: (31) 3327-2831

Responsáveis:

Coordenadores de Projetos da AEDAS

- Cauê Vallim de Melo
- Luis Henrique Shikasho

E-mail: aedas.assessoria@gmail.com / aedas@aedasmg.org

Presidente da AEDAS

- Lívia Morena Brantes Bezerra





INTRODUÇÃO	4
1. APRESENTAÇÃO DA AEDAS	5
2. JUSTIFICATIVA	8
3. DEMONSTRAÇÃO DO CARÁTER PARTICIPATIVO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	17
4. OBJETIVOS	24
4.1 <i>Objetivo Geral</i>	24
4.2 <i>Objetivos Específicos</i>	24
5. PÚBLICO ALVO	26
6. METODOLOGIA	28
6.1 Metodologias de Participação	28
6.1.1 Mobilização social	28
a) Grupos de Base	29
b) Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	30
c) Comissão de Atingidos	31
d) Seminários temáticos	31
e) Assembleias de Atingidos e Atingidas	31
f) Atendimento coletivo às crianças – espaço de cuidado	32
g) Comunicação	32
6.1.1.1. Ajuste da metodologia	33
6.1.2 Metodologia de Controle Social	33
6.2 Metodologia de Planejamento, Execução e Monitoramento interno	34
6.2.1 Equipes da Assessoria Técnica	35
6.2.2 Gestão e Sistema de Informações e Dados	40
6.2.3 Identificação inicial das comunidades	41
7. ATIVIDADES DO PROJETO	42
7.1 <i>Reuniões Iniciais do Projeto</i>	42
7.2 <i>Reuniões Periódicas</i>	42
7.3 <i>Mobilização Social</i>	43
7.4 <i>Seminários Temáticos</i>	43
7.5 <i>Assembleias</i>	44
7.6 <i>Atividades desenvolvidas pela Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente</i>	44
7.7 <i>Consultorias Especializadas</i>	45
7. CRONOGRAMA	66
8. ORÇAMENTO	75
9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	87
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88





INTRODUÇÃO

Em 25 janeiro de 2019, a Barragem B-I da Mina de Córrego do Feijão, da mineradora Vale S.A (“Vale”), com 86 metros de altura e comprimento da crista de 720 metros, rompeu. Os 12,7 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro avançaram rapidamente para cima de parte do centro administrativo e do refeitório da Vale, máquinas de mineração, trem, uma ponte, casas, pousadas e currais até chegar no leito do Rio Paraopeba. A vegetação, a fauna e outros rios foram atingidos ao longo de centenas de quilômetros, atravessando mais de 20 municípios¹ e causando um dos maiores desastres sociotecnológicos da história do país.

Segundo o relatório da Defesa Civil, datado 08/06/19, foram resgatados 395 sobreviventes, confirmados 246 óbitos, nas mais variadas fases dos fenômenos transformativos, restando ainda 24 pessoas não encontradas². Em nota inicial³ e posteriores manifestações a empresa afirma que ainda busca respostas para o ocorrido.

No fim do mesmo dia do rompimento da barragem foi assinado um Termo de Ajuste Preliminar (TAP) extrajudicial entre o Estado de Minas Gerais, Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública Estadual e a Vale, com a anuência da Advocacia Geral da União⁴. O acordo teve como objetivo obter provimento jurisdicional que assegure a responsabilidade civil da Vale e sua consequente condenação para a reparação integral referente aos danos sociais, morais e econômicos provocados às pessoas, comunidades e outras coletividades atingidas pelo desastre sociotecnológico. Além do bloqueio de 1 bilhão de reais da empresa, outras medidas de caráter emergencial foram deferidas, tais como a responsabilização pelo acolhimento e abrigamento das pessoas que tiveram comprometidas sua condição de moradia, a disponibilização de transporte, integral assistência aos atingidos e atingidas por equipe multidisciplinar, prestação de informação adequada, fornecimento de alimentação, água potável, gastos com sepultamento e apoio logístico e financeiro às famílias.

¹ Brumadinho, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé, Juatuba, Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, São José da Varginha, Fortuna de Minas, Pequi, Maravilhas, Paraopeba, Papagaios, Curvelo, Pompéu e demais municípios banhados pelo Lago da UHE de Três Marias.

² Disponível em: http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/component/gmg/page/678-Inf_Brumadinho_0506

³ Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Esclarecimentos-sobre-a-barragem-I-da-Mina-de-Corrego-do-feijao.aspx>

⁴ Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/tjmg-determina-bloqueio-de-r-1-bilhao-de-mineradora.htm>





Assim, deu-se início a um processo de reparação de danos que perdurará enquanto houver evidências ou resquícios da destruição causada pelo avanço da lama de rejeito. Para que seja integral, a reparação deve contar com severa fiscalização dos órgãos públicos e a participação ativa dos atingidos e atingidas, que contará com o auxílio de uma assessoria qualificada para a prestação de apoio técnico nos processos de tomada de decisão, comunicação, organização, participação, bem como nas interações dos atingidos e atingidas com a mineradora. O processo seletivo da assessoria foi feito por meio de Edital de Chamamento Público⁵ e a seleção da entidade foi feita pelos atingidos e atingidas (representados por suas comissões), no dia 19 de maio de 2019, em assembleia pública na quadra do Ginásio Poliesportivo Municipal de Brumadinho, com a presença de representantes das Instituições de Justiça. A entidade escolhida foi a AEDAS, por ter obtido mais de 50% dos votos, em primeira votação.

1. APRESENTAÇÃO DA AEDAS

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS foi criada no ano 2000 pelos moradores da comunidade de Casa Nova no município de Guaraciaba (rio Piranga, afluente do rio Doce), ameaçados pelo Projeto Hidrelétrico de Pilar, tendo como principal objetivo defender os direitos da comunidade local frente aos interesses econômicos da empresa responsável pela execução do projeto. A obra previa a construção de uma pequena central hidrelétrica (PCH). Porém, ao contrário do que o nome indica, os danos sociais e ambientais à comunidade ribeirinha seriam imensos, uma vez que milhares de famílias teriam suas terras alagadas, memória destruída, atividade econômica inviabilizada e seu rio Piranga e matas devastados. Nesta ocasião, as famílias atingidas saíram vitoriosas, uma vez que o projeto da PCH foi suspenso.

Ciente da existência em Minas Gerais de mais de 400 projetos de barragens e uma vasta população de famílias atingidas, a AEDAS passa, a partir de 2008, a ter um caráter estadual e a partir de julho de 2017 a ter um caráter nacional, articulando e organizando comunidades ameaçadas e atingidas por barragens no território nacional. Ainda em 2008, a Associação desloca sua sede para Belo Horizonte/MG, passo que só foi possível devido ao crescimento da articulação de comunidades atingidas em Minas Gerais.

⁵ Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/inclusao-e-mobilizacao-sociais/conflitos-socioambientais/>





Desde a criação, o objetivo principal da AEDAS é interceder nas comunidades ameaçadas e atingidas por barragens no intuito de defender os direitos das famílias e garantir um plano de negociação coletiva, no caso da aprovação dos empreendimentos e início de danos. A assessoria técnica visa a reparação integral, justa, nos temas da habitação, fundiários, meio ambiente, saneamento, transporte e estradas, educação, saúde, produção agrícola, comercialização, agroindústria, entre outros.

Nos últimos dez anos, a AEDAS sente a necessidade de promover atividades para além daquelas que giram em torno da barragem e, dessa forma, auxiliar as comunidades ameaçadas e atingidas no desenvolvimento rural sustentável. Neste sentido, a entidade vem trabalhando com diversos projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural, que respeitem o meio ambiente e melhorem a renda e bem-estar das famílias, utilizando os princípios e práticas da Agroecologia para alcançar relações harmônicas entre as pessoas da comunidade.

Atualmente, a AEDAS auxilia mais de 300 mil famílias atingidas e ameaçadas por barragens em Minas Gerais, atendendo agricultores, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, garimpeiros, remanescentes de quilombos e populações urbanas.

Nesta trajetória, a entidade se apropriou de diversas tecnologias sociais para a melhoria das condições de vida das comunidades ameaçadas ou atingidas, citando como exemplo de projetos que foram ou são executados pela AEDAS:

- 1- Produção Agroecológica Integrada Sustentável – PAIS: um projeto que busca melhoria de renda e segurança alimentar através da produção de hortaliças integradas à criação de frango e produção de ovos, sem o uso de agrotóxicos. Tal iniciativa é uma parceria com o BNDES e a Fundação Banco do Brasil, levando esta tecnologia social para 350 famílias em mais de 30 municípios nas regiões Norte, Jequitinhonha, Zona da Mata, Leste e Vale Rio Doce;
- 2- Cisternas de Placas para captação de águas da chuva no semiárido mineiro: em parceria com o IABS, a AEDAS implementou 250 cisternas, uma solução comprovadamente real à superação da escassez de água no semiárido mineiro;
- 3- Diagnóstico participativo econômico, social, ambiental e cultural de comunidades atingidas por barragens nos municípios de Raul Soares e Abre Campo: projeto que visa a identificação do passivo proveniente da construção de duas pequenas centrais hidrelétricas nos dois municípios citados.
- 4- Placas Solares de aquecimento de água de baixo custo: esta tecnologia propicia a redução dos gastos familiares com a conta de luz e, consequentemente, uma





melhoria relativa da renda. Como o próprio nome diz, trata-se de uma placa solar de baixo custo, portanto fácil de ser replicada. Atualmente, a AEDAS acompanha o funcionamento de 200 placas implantadas nos Municípios de Belo Horizonte e Montes Claros.

- 5- Convênio de Cooperação Técnico-Científica para execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico D0632 Veredas Sol & Lares (2018 a 2022): celebrado entre CEMIG, AEDAS e entidades parceiras, o projeto busca, dentre outros objetivos, sugerir uma metodologia de participação social para o Programa P&D Aneel, elaborar um Diagnóstico Social e um Plano de Desenvolvimento Regional (incorporando a perspectiva dos arranjos produtivos locais voltados para a agricultura), através da participação protagonizada pelas famílias atingidas por barragens (em especial jovens e mulheres) localizadas em 21 municípios do semiárido mineiro.
- 6- Promoção da Assessoria Técnica aos atingidos e atingidas pela Barragem de rejeitos da Samarco (Vale e BHP Billiton) em Barra Longa – MG (2017 a 2021): a assessoria técnica em Barra Longa tem por eixos principais a promoção da participação informada das atingidas e atingidos e a disponibilização de informações técnicas de confiança. Para atingir tais eixos, conta com uma equipe técnica permanente e multidisciplinar que, através de uma metodologia apropriada, organiza as comunidades e bairros estimulando a democratização das decisões relativas às reparações. Além disso, desenvolve assessoria jurídica e 21 produtos com os temas: Diagnóstico socioeconômico e cultural; Formação sobre direitos humanos; Dimensão fundiária; Dimensão socioambiental; Matriz de danos; Plano de Mitigação e/ou reparação de perdas e danos; Reassentamento de Gesteira e demais realocações; Monitoramento de reformas e reconstruções; Vias de circulação; Recuperação de áreas degradadas; Reativação econômica; Assistência Técnica Rural; Patrimônio histórico cultural; Esporte, cultura e lazer; Assistência Social e Psicológica; Saúde e Saneamento;
- 7- Além das tecnologias sociais, a AEDAS promove assessoria no acesso a políticas públicas como Créditos Rurais, o PAA e o PNAE. Atua em parceria com pastorais sociais, sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, Rede de Educação Cidadã – RECID, Associações Comunitárias e de bairros, Universidades, Empresas





Estatais, Institutos Federais de Ensino (IFET), Escolas Família Agrícola (EFA) e a Cáritas Brasileira Minas Gerais.

Diante do trabalho exitoso da AEDAS no estado de Minas Gerais, em 2015 a entidade foi condecorada pelo projeto de Lei nº 2.803/2015 com o título de “Utilidade Pública de Minas Gerais” pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) ⁶.

2. JUSTIFICATIVA

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou Ação Civil Pública (Autos nº 5000053-16.2019.8.13.0090) que relaciona e expõe diversos fatos advindos do rompimento da barragem B-I da Mina do Córrego do Feijão e os seus consequentes danos, entre os quais:

perda de vidas humanas; destruição de casas, quintais, moradias, plantações e estruturas de produção; deslocamento forçado de pessoas; mudança abrupta do modo de viver das populações atingidas; desmantelamento, eliminação e/ou enfraquecimento das relações comunitárias e familiares; impedimento e/ou dificuldade de acesso à água; falta de informação e incertezas das pessoas atingidas sobre as repercussões futuras dos danos; desmantelamento, eliminação e/ou enfraquecimento das formas de produção rural nos municípios banhados pelo rio Paraopeba; perda da segurança alimentar das populações atingidas; perda e/ou diminuição das atividades econômicas e/ou comerciais; perda das práticas de lazer e turismo; interrupção de práticas culturais; morte de animais domésticos e/ou de produção; ofensa à saúde coletiva (saúde física e mental); perda dos bens pessoais (veículos, mobília, documentos etc.) e de bens imateriais; impactos e necessidade de gastos extraordinários com infraestrutura e políticas públicas; desvalorização dos imóveis .

A constatação de que há uma diversidade de danos é certa, porém não é possível realizar o diagnóstico preciso da extensão temporal e territorial dos danos, tendo em vista que muitos dos danos ainda serão decorrentes dos conflitos socioterritoriais que ocorrem enquanto desdobramentos do rompimento da barragem. Para além de situação análoga que ocorreu com o rompimento da Barragem de Fundão em 2015, em Mariana, há outros casos parecidos de desastres sociotecnológicos que podem ser utilizados como paradigmas para

⁶

Disponível

em:

https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/arquivo_diario_legislativo/pdfs/2016/02/L20160219.pdf





compreender quais ações devem ser empreendidas no processo de reparação integral no caso em tela. É o que demonstra o caso do desastre de trem de Lac-Mégantic de 2013, no Canadá, sobre o qual estudos revelaram uma *“complexa rede de impactos inter-relacionados, que se desenvolveram por anos após o desastre”* (HALL, 2017, p. 5, tradução nossa) e apontaram uma *“alta incidência de transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade generalizada e depressão na população, e também altos índices de abuso de substâncias, que cresciam nos indivíduos que tinham sido expostos a mais impactos”* (HALL, 2017, p. 5, tradução nossa), bem como que não só essa incidência havia melhorado pouco nos três anos subsequentes ao desastre, como também que os efeitos relacionados ao trauma haviam piorado, alguns deles agravados por fatores secundários como a reconstrução da cidade e a retomada dos serviços de trem. Há ainda consequências a considerar quanto às relações familiares, questão para a qual aponta Williams (1998) ao citar casos de impactos ambientais no País de Gales e em Chernobyl em decorrência dos quais dinâmicas familiares se romperam e aumentou o número de divórcios, devido à divergência entre membros da família quanto a deixar ou não o local afetado. A amplitude dos danos gerados, em termos materiais, morais, psicológicas, comunitárias, familiares e ambientais, afeta não somente o projeto existencial de todas as pessoas que moram em Brumadinho, mas também as estruturas de políticas públicas e de projetos sociocomunitários que eram construídos pelas populações que compõe as diversas redes e territórios afetos à barragem.

Assim, é necessário fazer a ressalva que a literatura ainda não tem uma definição conceitual para compreender o ocorrido. A compreensão de que ali podem ser embutidas análises sobre acidente ampliado de trabalho, desastres sociotecnológicos, conflitos socioambientais, violações de direitos humanos por corporações, entre outros, deve possibilitar que todos os recursos existentes possam ser manejados de maneira a beneficiar e concretizar a reparação integral. Esse processo não deve, e nem conseguirá, reparar no sentido estrito da palavra, pois todo o processo de reparação carregará necessariamente com si a memória do desastre. Mas o processo pode ter como resultado positivo a reinvenção social pós desastre, desde que carregue em si a centralidade das vítimas enquanto princípio estruturante. Importante ressaltar que a reinvenção social e reestruturação dos laços comunitários e familiares serão muito difíceis, e dependem da compreensão do contexto em que o desastre sociotecnológico ocorreu.





Dessa forma, empreende-se o conceito mais ampliado que permite trabalhar a perspectiva da participação e mobilização dos atingidos, optou-se pela utilização do termo desastre sociotecnológico, tendo em vista que o mesmo possibilita a realização das discussões estruturais da implementação do modelo de mineração que levaram ao rompimento, bem como possibilita a compreensão mais abrangência dos impactos nas dimensões socioterritoriais⁷.

Brumadinho é um município situado no Estado de Minas Gerais, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a cerca de 50 quilômetros da capital. Brumadinho é constituído de 5 distritos: Brumadinho, Aranha, Conceição do Itaguá, Piedade do Paraopeba e São José do Paraopeba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. A população estimada do município, segundo dados do IBGE (2018), era de 39.520 habitantes em 2018, com densidade demográfica de 53,13 habitantes por km², população rural de 5.236 pessoas e população urbana de 28.687 pessoas. A População Economicamente Ativa do município com mais de 18 anos é de 17.206 (IBGE, 2010).

Em 2016, o PIB do município atingiu o total de R\$ 1.538.748,47 (IMRS, 2016), com o PIB per capita no total de R\$ 40.099,77 (Atlas Brasil, 2010). Apesar da grande arrecadação do município, decorrente da intensa atividade minerária, a Renda per Capita se apresenta como sendo de R\$ 910,31 (Atlas Brasil, 2010), sendo que 1,51% da população é extremamente pobre, com renda per capita média de R\$ 24,91, 5,83% da população é pobre, com renda per capita de R\$ 89,15 reais, e 19,94% da população é vulnerável a pobreza, com renda per capita de R\$ 170,15 (Atlas Brasil, 2010). A desigualdade social do município se verifica pelo Índice de Gini que é de 0,5700 (Atlas Brasil, 2010).

Cumprе ressaltar que a situação das crianças no município é mais agravada, tendo em vista que 2,7% das crianças se encontram em situação de extrema pobreza, 10,42% das crianças estão em situação de pobreza, e 32,62% das crianças se encontram vulneráveis a pobreza (Atlas Brasil, 2010). No que tange aos dados sobre população e renda das áreas primeiramente atingidas, o grupo de estudos da Universidade Federal de Juiz de Fora,

⁷ Para maior aprofundamento ver: PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: uma avaliação dos aspectos econômicos, institucionais e sociais do desastre da Vale/BHP/Samarco em Mariana (MG) – Relatório preliminar. Mimeo. 2015; LAVELL, A. Entrevista Allan Lavell em Seminario Internacional Ciencias Sociales y Riesgo de Desastres en América Latina: un encuentro inconcluso, setembro, 15 a 17. Buenos Aires, 2015





Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (POEMAS), realizou um levantamento a partir dos dados dos setores censitários das áreas da Mina, Córrego do Feijão e entorno, Parque da Cachoeira e entorno, e Pires e entorno:

Tabela 01 – Dados censitários de áreas de Brumadinho (POEMAS), adaptado.

Área	Situação	Pop. Res.	Dom.	Pop. Branca	Pop. Não Branca	Pop. Branca (%)	Pop. Não Branca (%)	Rend. Médio Mensal (R\$)
Área da Mina	Rural	162	101	69	93	42,6	57,4	524,74
Córrego do Feijão	Urbana Isolada	415	149	171	244	41,2	58,8	427,56
Entorno do Parque da Cachoeira	Rural	273	108	143	130	52,4	47,6	410,96
Parque da Cachoeira e Parque do Lago	Urbana Isolada	763	541	225	538	29,5	70,5	516,84
Pires	Aglom. Rural de ext. urbana	155	65	46	109	29,7	70,3	394,56
Entorno do Pires	Rural	370	198	130	240	35,1	64,9	452,87
Outra margem do Parque da Cachoeira	Rural	141	92	42	99	29,8	70,2	599,27

Em que pese não ser o fator mais importante para reparação dessas comunidades, o aspecto de renda é importante para compreender as vulnerabilidades da população atingida, especialmente em relação à recursos materiais e institucionais para acesso à justiça. Vislumbra-se que apesar da alta renda do município em decorrência da atividade de mineração desenvolvida ali, a distribuição das riquezas ocorre de forma muito desigual, o que reforça negativamente as chances das pessoas se desvincularem estruturalmente da





dependência econômica direta e indireta que percebem da mineração. Portanto, é necessário compreender os aspectos específicos da vulnerabilização social das pessoas frente à minero-dependência, entendendo-se que a vulnerabilidade social é decorrente de processos amplos dos quais os indivíduos por si só não conseguem agir, sendo dependentes de fatores externos, especialmente políticas públicas. Assim, a compreensão de que tanto a vulnerabilidade social, quanto a pobreza, são multidimensionais (verificar o Global Multidimensional Poverty Index), permite entender a possibilidade de total degradação social dos territórios afetados pelo rompimento de barragem, motivo pelo qual se justifica o presente plano de trabalho apresentado.

Outro elemento fundamental é o reconhecimento da centralidade do papel dos atingidos e das atingidas como enunciadores e protagonistas no processo reparatório das violações aos direitos humanos que sofrem. São as vítimas dos impactos sociais, políticos e ambientais das transnacionais, os sujeitos mais legítimos, titulares do direito, para reconhecer e propor a resolução a sua violação. Isso está diretamente relacionado ao princípio da dignidade da pessoa humana, eixo norteador da Constituição brasileira, em consonância com o princípio da centralidade do sofrimento da vítima, consagrado na teoria da proteção internacional dos direitos humanos.

Deste modo, não poderemos constituir nem um processo que vise reparar o impacto negativo do desastre sociotecnológico, sem garantirmos o papel dos atingidos e das atingidas como asseguradores de seus direitos, através da efetivação da participação informada. Esse caráter do Direito Internacional dos Direitos Humanos já se expressa no direito à consulta dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, estabelecidos na Convenção nº. 169 da OIT e na Declaração dos Povos Indígenas, mas também em toda a dimensão participativa dada a legislação ambiental brasileira.

Além disso, o processo de organização das famílias atingidas no território passa pelo conflito de interesses instalado no local, de um lado a empresa buscando uma percepção territorial-patrimonialista do conceito de atingidos. De outro lado, análises mais profundas que desvelam a dimensão complexa dos impactos decorrentes do rompimento, desvelando a relação entre a chegada da lama e a mudança das relações sociais, tecidos sociais que viviam toda a região, fator que não representa em sentido estrito o deslocamento compulsório, mas se caracteriza por um completo deslocar da vivência familiar pós rompimento.





Diante disso precisa-se fazer algumas considerações sobre a categoria de *atingidos*. Essa categoria vem sendo formulada através da compreensão do conflito, da dualidade espaço e tempo. Segundo VAINER (2007):

Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa.

Deste modo, o que a sociologia vem construindo no plano teórico como categoria de atingidos (VAINER, 2007, p.12) - embasado na luta social, e na construção histórica dos direitos humanos- é que muito além de questões meramente patrimoniais ou morfológicas (solo, mata, etc.) o processo de construção/ruptura de barragens envolve dimensões econômicas, políticas, culturais e ambientais. Representam o rearranjo de toda uma dinâmica social, os impactos são muito mais amplos e complexos. São muitas cidades, que muito embora não sejam inteiramente inundadas/soterradas pela lama, que tem sua dinâmica afetada por estar próximas a estas regiões: impactos como a dispersão de dezenas de famílias; surgimento de problemas de abastecimento de alimentos, acesso à água; destruição de recursos imateriais, simbólicos, como cemitérios, igrejas, espaços sagrados; toda a estrutura comercial impactada com a chegada de muitos trabalhadores, ou a partida de muitas comunidades. Ademais, há todo o impacto criado além da barragem, com a chegada de outras empresas que irão alimentar as obras, como afetação no transporte público, a criação de vias de acesso aos canteiros de obras, instalação de equipes de resgate e busca. Tudo isso gera impacto na região, tudo isso carece de um estudo que assegure que esses intensos fluxos migratórios em curto espaço de tempo sejam acompanhados de acesso a políticas públicas.

Inúmeros depoimentos repetem o histórico de ausência de informação, e descaso com o tratamento da população afetada. Por isso, o que tem se reivindicado, e reconhecido pela Comissão de Barragens junto ao CDDPH, é a necessidade de se reconstruir o modo de produção da vida destas comunidades que foi integralmente dilacerado, nesta direção tem se firmado a Comissão Mundial de Barragens:





Deslocamento é definido aqui englobando tanto o ‘deslocamento físico’ quanto o ‘deslocamento dos modos de vida’. Em um sentido estrito, deslocamento resulta do deslocamento físico de pessoas que vivem na área do reservatório ou do projeto. Isso ocorre não apenas pelo enchimento do reservatório, mas também pela instalação de outras obras de infra-estrutura do projeto. Contudo, o alagamento de terras e a alteração do ecossistema dos rios – seja a jusante ou a montante da barragem – também afeta os recursos disponíveis nessas áreas – assim como atividades produtivas. No caso de comunidades dependentes da terra e de recursos naturais, isso frequentemente resulta na perda de acesso aos meios tradicionais de vida, incluindo a agricultura, a pesca, a pecuária, extração vegetal, para falar de alguns. Isso provoca não apenas rupturas na economia local como efetivamente desloca as populações – em um sentido mais amplo – do acesso a recursos naturais e ambientais essenciais ao seu modo de vida. Essa forma de deslocamento priva as pessoas de seus meios de produção e as desloca de seus modos de vida. Assim, o termo atingido, refere-se às populações que enfrentam um ou outro tipo de deslocamento (WORLD COMMISSION ON DAMS, 2000).⁸

Já feitas as ressalvas quanto à inadequação de utilização de somente um abordagem conceitual para compreender o rompimento da Barragem B-I da Mina de Córrego do Feijão enquanto fenômeno socioeconômico e cultural, o Marco de Sendai para Desastres permite apontar quais os eixos estruturantes do processo de reparação integral a ser desenhado:

- Reabilitação: o reestabelecimento de serviços e equipamentos básicos para o funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade afetadas por um desastre
- Recuperação: a recuperação ou melhoramento de modos de vida e saúde, tal como dos bens, sistemas e atividades econômicas, físicas, sociais, culturais e ambientais de uma comunidade ou sociedade afetadas por desastres, alinhada com os princípios do desenvolvimento sustentável e o “reconstruir melhor”, para evitar ou reduzir riscos em futuros desastres
- Reconstrução: a reconstrução a médio e longo prazo e a recuperação sustentável de maneira resiliente de infraestruturas críticas, serviços, moradias, equipamentos e modos de vida necessários para o

⁸ Em 1997, o Banco Mundial, governos, empresas e organizações não-governamentais constituíram a Comissão Mundial de Barragens, independente, para avaliar as barragens construídas no mundo. Após 2 anos de estudos e audiências, em novembro de 2000, a Comissão divulgou seu Relatório Final .





funcionamento integral de uma comunidade ou sociedade afetada por um desastre, alinhados com os princípios de desenvolvimento sustentáveis e “reconstruir melhor”, para evitar ou reduzir riscos em futuros desastres (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2016)

- Reconstruir Melhor: O uso das fases de recuperação, reabilitação e reconstrução após um desastre para aumentar a resiliência das nações e comunidades pela integração das medidas de redução do risco de desastres na recuperação das infraestruturas físicas e da sociedade, e na revitalização de modos de vida, economia, e do meio ambiente. (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2016)

Ainda, aponta-se aqui que foram violados também os Direitos Humanos dos atingidos desde antes do rompimento, quando não foram informados os mesmos sobre os riscos que corriam. Ao contrário do tentou impor a Vale no caso “Samarco”, os danos a serem levantados não se referem somente ao padrão de vida imediatamente antes àquele que viviam as famílias, aos danos materiais, mas também há toda uma esfera de direitos que foram sistematicamente violados, conforme vem diagnosticando experts e assessorias⁹. Situa-se, portanto, todo um arcabouço normativo que vai desde o direito civil, direito consumerista, direito ambiental, e direitos humanos, para esboçar uma matriz de reparação integral¹⁰:



⁹ Existem diversos estudos contratos por perícias do Ministério Público no caso Samarco, entre elas Ramboll, Lactec e Fundação Getúlio Vargas que apontam relação entre negligências anteriores e o desastre. Além delas o trabalho que vem sendo realizados pelas assessorias técnicas.

¹⁰ A figura é apenas ilustrativa do modelo, não sendo taxativa, uma vez que ao longo do processo de construção do debate junto as famílias a restituição podem assumir facetas de indenização, entre outros.





A Assessoria Técnica e o presente plano de trabalho, nesse sentido, tem como função também servir como instrumento para que os atingidos e as atingidas formulem de maneira participativa e informada a maneira como desejam realizar todo esse processo, desde o diagnóstico dos danos, até a execução dos processos de reparação. Ainda, a Assessoria Técnica busca reduzir a assimetria de poderes entre os atingidos e empresas, diante da hipossuficiência material e de capital simbólico no âmbito da instrução do processo e de possíveis negociações, minorar o déficit de acesso à justiça, garantir controle social e assistência técnica adequada no controle de produção de materiais técnicos, assegurando a participação ampla e informada dos atingidos e atingidas com fundamentos em Direitos Humanos.

O direito e acesso à informação, moradia, renda e à educação tem forte relação com a saúde física e mental dos atingidos e atingidas de todas as faixas etárias. O processo de reparação integral da saúde, além das perdas e danos, é complexo e demanda um grande esforço dessas famílias. Para além de dar respostas às questões de reparação dos danos, surge a necessidade da participação ativa dos atingidos e atingidas em uma série de processos decisórios que até então lhes eram estranhos e/ou negados. Em outras palavras, a participação e organização destas famílias é, ao mesmo tempo, tanto uma condição para que seus direitos sejam de fato efetivados, quanto um grande “ônus” diante do desafio de construir uma organização coletiva de famílias, que ainda lutam pela superação dos traumas ocasionados pela situação de ameaça em que vivem.

Um grande desafio, neste contexto, conforme já questionado e discutido pelo Ministério Público, é o da ampla e decisiva participação, entendida como processo complexo que supõe o encontro e o confronto, a negociação e o conflito entre diferentes interesses e grupos sociais. Esta participação tem como núcleo central o estabelecimento de mecanismos e procedimentos que favoreçam a intervenção direta dos atingidos e atingidas, como força motriz e principal do processo decisório, os legítimos detentores do poder de decisões relacionadas ao futuro de suas vidas. Isto envolve desde uma adequada e tempestiva informação, em linguagem e formato acessíveis ao conjunto da população, até a definição de procedimentos baseados na cultura, tradição e práticas usuais em processos deliberativos históricos da comunidade, movimentos e organizações populares da região.





Frente a esta realidade, a ampla participação é tida como elemento chave e dinamizador para o reconhecimento de todos os direitos violados que poderá ser alcançada quando as atingidas e atingidos tiverem a sua disposição um corpo técnico capaz de, ao mesmo tempo, propiciar a construção conjunta de metodologias de participação, fornecer informações técnicas altamente qualificadas e de confiança. É importante que seja criada uma ampla e eficiente organização da população atingida da região, como também é fundamental que, ao incumbir este grupo de uma série de decisões importantes, seja fornecida uma metodologia de participação, para que não haja a exclusão da maioria das famílias atingidas do processo de debate e decisões acerca do futuro de suas vidas.

As decisões que recaem sobre as famílias e comunidades são de alta complexidade, sendo que muitas vezes ficam com uma noção apenas parcial sobre o conteúdo das propostas. Esta assimetria técnica que existe entre a empresa Vale e as famílias atingidas, se não equacionada, pode se transformar em uma nova fonte de violação de direitos. Neste sentido, por meio da AEDAS, entidade competente com vasta expertise sobre metodologias de participação social, o presente projeto visa promover e fortalecer a ampla participação das famílias atingidas no processo de negociação, bem como a construção de um Plano Coletivo de reparação das perdas e danos em todo o território das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos B-I da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho - MG.

3. DEMONSTRAÇÃO DO CARÁTER PARTICIPATIVO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Conforme Termo de Referência, que teve por objetivo dar cumprimento ao estabelecido em audiência judicial realizada no dia 20/02/2019, no âmbito do processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024, movido pelo Estado de Minas Gerais em face da Vale, em razão do rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV A da mina do Córrego do Feijão, ficou decidido que, uma vez escolhida a entidade de assessoria técnica, a mesma deveria elaborar, no prazo de 45 dias¹¹, plano de trabalho e planilha de orçamento detalhada.

¹¹ O exercício de uma participação efetiva pressupõe, entre outros aspectos, a disponibilidade de tempo adequado. O prazo de 45 dias pode ser considerado exíguo, face a dimensão dos danos e extensão do território. Diante das circunstâncias submetidas, a AEDAS dimensionou a participação através da continuidade do trabalho junto às Comissões de Atingidos reconhecidas pelas Instituições de Justiça na Região 1 – Brumadinho. A busca por uma participação qualificada, a complexidade dos danos e as fases





A fim de cumprir com o prazo dado para elaboração do plano de trabalho, a AEDAS inicialmente procedeu a seleção, por meio de análises de currículos e realização de entrevistas, conformando e convocando uma equipe técnica multidisciplinar de profissionais. Entre os dias 03 a 07/06/2019 realizou uma atividade de capacitação com intuito de apresentar: i) informações acerca da Região 1 – Brumadinho; ii) metodologias participativas e iii) planejamento das atividades de construção do plano de trabalho.

Tabela 02 – Identificação da Equipe Técnica Multidisciplinar

NOME	FORMAÇÃO	CPF
ALINE LUCIA NOGUEIRA MEDEIROS	GEÓGRAFA	109.680.536-70
BÁRBARA LUIZA RAMOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO	676.674.572-04
CAROLINA FERREIRA BOONEN MACIEL	PSICÓLOGA	078.912.626-59
ELOIZA SOARES NASCIMENTO	ENGENHEIRO FLORESTAL	071.337.676-78
LUIS HENRIQUE SHIKASHO	ENGENHEIRO FLORESTAL	068.590.056-88
MARJORIE CRISTINA S. FONSECA	PSICÓLOGA	120.717.616-85
MAURO DA COSTA VAL	ENGENHEIRO CIVIL	413.579.816-00
MAYARA MACHADO B. DE SOUZA PAIS	ADVOGADA	089.002.554-10
NATHALIA FERREIRA GUIMARÃES	CIENTISTA SOCIAL	105.593.486-30
RENATO CARDOZO A. DE CASTRO	CIENTISTA SOCIAL	991.380.937-15
ROMERO WAGNER DO CARMO	GESTOR PUBLICO	537.648.546-34
SANTIAGO MATOS FERREIRA PRIMO	ENGENHEIRO AGRONOMO	049.141.695-41
SHEILA ALEXANDRA M. DE LIMA	TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO	011.923.386-00

A equipe técnica multidisciplinar designada para elaboração do plano de trabalho da assessoria técnica em Brumadinho contou com a colaboração e contribuição em momentos de capacitação, preparatórios e participação em algumas reuniões presenciais de membros da entidade e técnicos que compõem a equipe de assessoria técnica da AEDAS no município de Barra Longa/MG, agregando-se a experiência acumulada de quase 2 (dois) anos de trabalhos.

Tabela 03 – Identificação de membros e técnicos da equipe da assessoria técnica da AEDAS com caráter colaborativo

NOME	FORMAÇÃO	CPF
ANA PAULA DOS SANTOS ALVES	ADVOGADA	063.632.056-11
CAUÊ VALLIM DE MELO	ENGENHEIRO FLORESTAL	345.727.968-31

de elaboração do Plano de Trabalho foram apresentadas em correio eletrônico encaminhado a CIMOS-MPMG em 09/07/19 justificando e solicitando a entrega do Plano de Trabalho em 15/07/19.





CLÁUDIA ELISA SIMÕES	PSICÓLOGA	118.729.736-47
HEIZA MARIA D. DE S. PINHO AGUIAR	ADVOGADA	033.524.363-04
LAÍS APARECIDA SANTOS DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	091.070.156-31
LINA DE ANCHIETA SALES	ENGENHEIRA DE PRODUÇÃO	105.525.506-04
VERÔNICA VIANA DE SOUSA	ADVOGADA	041.045.353-62

Dessa forma, observando-se a lista de Comissões de Atingidos, disponibilizada pelo MPMG, a equipe técnica foi dividida em grupos para contemplar, de maneira qualificada e adequada à realidade das Comissões inseridas no território de Brumadinho. A equipe técnica realizou contatos prévios por telefone com representantes das Comissões para combinar o agendamento (data, local e horário) e apresentar os objetivos da primeira reunião.

As primeiras reuniões ocorridas no período de 10 a 16/06/2019 tiveram os seguintes objetivos: i) fomentar a participação dos atingidos e das atingidas no processo de construção coletivo do plano de trabalho, ii) esclarecer o significado da assessoria técnica e o planejamento da AEDAS para elaboração do plano de trabalho e iii) aplicar metodologias para a escuta dos relatos dos atingidos e das atingidas, visando levantamento e subsídios para dimensionamentos das perdas e danos sofridos, buscando captar o máximo de informações dos danos vivenciados.

A metodologia utilizada nessas reuniões foi a construção de um caminho ou linha do tempo, identificando como era a vida antes do rompimento e pós rompimento, para levantamento de danos (o que mudou) e, ainda, as perspectivas de futuro, de modo a pensar a reparação integral. Em um segundo momento de reunião, foi utilizada a cartografia social ou mapeamento de danos, que permitiu aos atingidos e atingidas visualizarem os danos sofridos em seus territórios.

Os materiais utilizados para construção da linha do tempo foram tarjetas que sintetizaram a fala dos atingidos e das atingidas, de modo a permitir a visualização das mudanças decorrentes do desastre sociotecnológico. Já para a cartografia social foram utilizadas imagens de satélite das comunidades supracitadas somadas a elementos visuais que detalharam os danos. Mediante a necessidade, houve a construção de mapas pela própria comunidade. Os danos e as demandas levantados foram sistematizados por meio de relatórios. Além disso, as reuniões foram documentadas através de listas de presença, da gravação dos áudios e de fotografias, com permissão dos presentes.





Tabela 04 – Informações sistematizadas sobre a realização da primeira reunião junto às Comissões de Atingidos

Data	Horário	Comissão de Atingidos - Local da reunião	Número de Participantes¹²	Técnicos responsáveis
10/06/19	19h00m	Quilombo Sapé - Igreja	13	Santiago e Verônica
10/06/19	19h20m	Casinhas/ Massangano/ Taquaraçu/ Gomes/ Grota ¹³ – Igreja	23	Carolina, Lina, Laís, Mayara, Mauro, Claudia, Renato, Romero
11/06/19	16h00m	Quilombo Ribeirão - Igreja	13 (15)	Santiago e Verônica
11/06/19	17h00m	Córrego do Feijão – Tenda Central	23 (30)	Carol, Mayara, Lina e Mauro
11/06/19	18h00m	Parque da Cachoeira – Tenda Campo de Futebol	34 (120)	Claudia, Romero e Laís
11/06/19	19h00m	Quilombos Marinhos e Rodrigues - Escola	25 (42)	Santiago e Verônica
11/06/19	19h06m	Jardim Casa Branca – Quadra	9	Eloiza, Aline e Marjorie
12/06/19	9h00m	Córrego do Feijão – Sede Kairós	4	Claudia, Lina, Mayara, Carol e Mauro
12/06/19	17h20m	Progresso, Residencial Bela Vista, COHAB e Sol Nascente – Teatro Centro Esportivo	14	Renato e Nathalia
12/06/19	18h00m	Pires	33	Romero, Claudia, Mayara e Mauro
12/06/19	19h10m	Tejuco	28 (35)	Eloiza, Aline e Marjorie
13/06/19	18h00m	Monte Cristo/Córrego do Barro e Pastorinhas	28	Eloiza, Aline e Marjorie
13/06/19	18h30m	Centro e São Conrado – Rua Amianto 281	23	Nathália e Renato
13/06/19	19h45m	Piedade do Paraopeba – Escola Comunidade Palhano	23	Santiago, Carolina, Mayara, Luis
14/06/19	19h00m	Melo Franco	10	Eloiza, Aline e Marjorie
14/06/19	19h00m	Bela Vista – Quadra de Esportes	38	Mayara, Nathália e Renato

¹² Houveram atingidos e atingidas que participaram das reuniões mas não se dispuseram a assinar a lista de presença. Assim, a coluna apresenta o número de participantes que assinaram a lista de presença e, entre parênteses, o número de participantes contabilizados (estimados) pelos técnicos durante a reunião.

¹³ Apenas de Taquaraçu não houve participação de nenhum atingido/a.





14/06/19	19h25m	Colégio ¹⁴ – Salão comunitário da Igreja	14	Carolina, Santiago e Romero
15/06/19	10h30m	Casa Branca e Jangada	42	Eloiza, Aline, Marjorie e Santiago
15/06/19	15h00m	Soares – Igreja	10	Renato e Nathália
15/06/19	16h30m	Córrego Fundo – Anexo da igreja	19	Mayara, Mauro e Romero
15/06/19	17h30m	Aranha	6	Marjorie, Eloiza, Aline e Santiago
16/06/19	9h00m	São José do Paraopeba	9 (12)	Santiago e Verônica
TOTAL		22 reuniões	441 (553)	

Após a sistematização dos relatórios das reuniões, síntese e discussão dos danos levantados, a equipe iniciou o processo de elaboração do plano de trabalho identificando as seguintes áreas de atuação para a assessoria técnica: jurídico, saúde física e mental, serviços socioassistenciais, trabalho e renda, comunicação, habitação e infraestrutura, comunicação, habitação e infraestrutura, água, educação, pesca, agricultura e veterinária, socioambiental, povos e comunidades tradicionais, patrimônio cultural e turismo.

Na sequência, a equipe foi reorganizada por áreas de atuação profissional para análise, debate e elaboração das ementas de atuação das consultorias especializadas.

Uma vez construída a versão inicial da proposta de plano de trabalho para assessoria técnica, a equipe voltou ao território para retomar a discussão do plano, dialogar sobre a definição da equipe, estrutura e funcionamento da assessoria, bem como explicar as consultorias especializadas propostas, identificando se existia a necessidade de outros estudos, levantamentos e diagnósticos não contemplados no plano de trabalho inicial.

As reuniões de apresentação e validação do plano de trabalho ocorreram no período de 24/06/2019 a 02/07/2019 nas comunidades anteriormente identificadas. Foram levantadas sugestões de novos estudos e outros ajustes, contemplados durante a elaboração do plano de trabalho preliminar.

Ademais, reconhecendo a importância das instituições dos Poderes Públicos municipais e de sua interação com as organizações e entidades que atuam sobre o território, através do OFICIO AEDAS - Brumadinho/MG N°02/2019 e OFICIO AEDAS -

¹⁴ A comissão de atingidos de Martins foi contactada, confirmou participação na reunião no dia 14/06/19 no salão comunitário da Igreja de Colégio, mas nenhum membro da comissão ou morador de Martins compareceu à reunião.





Brumadinho/MG N°03/2019 de 24/06/2019 encaminhado por correio eletrônico, a AEDAS solicitou uma agenda de reunião, respectivamente, com a Prefeitura Municipal de Brumadinho e com a Câmara Municipal de Vereadores de Brumadinho. Não houve retorno da Prefeitura Municipal de Brumadinho, embora tentativas de contato telefônico também tenham sido estabelecidas.

Já em 26/06/19, às 10h00m na Sede da Câmara Municipal de Brumadinho, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Brumadinho, Antônio Sérgio dos Santos Vieira, recebeu a AEDAS que teve a oportunidade de apresentar e dialogar a proposta do plano de trabalho junto aos representantes do Poder Legislativo de Brumadinho que se fizeram presentes¹⁵.

Tabela 05 –Informações sistematizadas sobre a realização da segunda reunião junto às Comissões de Atingidos

Data	Horário	Comissão de Atingidos - Local da reunião	Número de Participantes¹⁶	Técnicos responsáveis
24/06/19	19h00m	Melo Franco	21	Marjorie, Eloiza e Aline
24/06/19	19h00m	Colégio e Martins - Área externa da igreja da comunidade	18	Carolina, Santiago, Lina e Mayara
24/06/19	19h00m	Ribeirão	11	Verônica e Santiago
25/06/19	15h00m	Córrego do Feijão (comissão) – Tenda Central	7	Romero, Mayara, Claudia e Lina
25/06/19	17h00m	Córrego do Feijão – Tenda Central	27	Romero, Mayara, Claudia e Lina
25/06/19	19h00m	Aranha -	47	Marjorie, Eloiza e Aline
25/06/19	19h00m	São José do Paraopeba - Salão Comunitário	33	Carolina, Santiago e Mauro
25/06/19	18h00m	Progresso - Sede da associação do bairro progresso.	9	Nathália e Renato
26/06/19	19h00m	Tejuco -	12	Marjorie, Eloiza e Aline
26/06/19	19h00m	Piedade do Paraopeba - Escola Padre Xisto	25	Carolina e Santiago

¹⁵ Representantes do Poder Legislativo presentes: Antônio Sérgio dos S. Vieira, Flávio C. de Vieira, Maria Alzira de Souza, Henerson R. de Faria, Roberto C. de O. Azevedo, Bruno Fernandes, Flávio M. Carvalho, Alessandra C. de Oliveira, Caio C. de A. Braga, Maximiliano F. M. Figueiredo, Hiderlado R. Santana e Renata M. P. e Soares.

¹⁶ Houveram atingidos e atingidas que participaram das reuniões mas não se dispuseram a assinar a lista de presença. Assim, a coluna apresenta apenas o número de participantes que assinaram a lista de presença.





26/06/19	18h00m	Centro e São Conrado - Casa do Jean na tua Amianto	12	Nathália e Renato
27/06/19	15h00m	Pastorinhas -	15	Mayara e Renato
27/06/19	18h30m	Monte Cristo e Córrego do Barro -	12	Marjorie, Eloiza e Aline
28/06/19	17h00m	Sapé	15	Verônica e Santiago
28/06/19	19h00m	Jardim Casa Branca	10	Marjorie, Eloiza e Aline
28/06/19	18h00m	Bela Vista, Planalto e Salgado Filho - Quadra do bairro Bela Vista	20	Nathália e Renato
28/06/19	19h00m	Massangano, Casinhas, Gomes e Grotta - Igreja de São Geraldo	50	Carolina, Mayara e Claudia
29/06/19	09h00m	Jangada	8	Verônica e Santiago
29/06/19	10h00m	Casa Branca	31	Marjorie, Eloiza e Aline
29/06/19	15h00m	Marinhos e Rodrigues	22	Verônica e Santiago
29/06/19	16h00m	Córrego Fundo - Igreja da Comunidade	15	Mayara, Mauro, Claudia e Carolina
29/06/19	19h30m	Soares - Igreja do Bairro	9	Nathália e Renato
01/07/19	18:00	Parque da Cachoeira - Tenda no Campo de Futebol	48	Mayara, Mauro, Romero e Claudia
02/07/19	18:30	Pires - Igreja da Comunidade	39	Mayara, Mauro, Romero e Claudia
TOTAL		24 reuniões	516	

Em 15/07/19 o Plano de Trabalho e Planilha de Orçamento Detalhado foi submetida a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – CIMOS/MPMG. Em 17/07/19 a CIMOS/MPMG sugeriu a realização de reunião para tratar dos aspectos técnicos do Plano de Trabalho e solicitações a AEDAS para ocorrência da mesma.

Em 18/07/19, a AEDAS enviou a equipe técnica a campo para: i) informar sobre a reunião técnica solicitada pela CIMOS; ii) entrega de versão impressa do Plano de Trabalho da AEDAS para Região 1 – Brumadinho ou envio, quando solicitado, da versão digital através de correio eletrônico; iii) mobilização e orientações às comissões de atingidos das condições de participação da reunião.

A reunião técnica ocorreu no dia 23/07/2019, das 14h00 às 18h30, na sede da Procuradoria Geral de Justiça em Belo Horizonte. Contou com a participação dos membros das Instituições de Justiça, da equipe técnica da AEDAS e de 37 integrantes de 21 Comissões





de Atingidos. Na oportunidade, integrantes das Comissões e Instituições de Justiça puderam apresentar considerações e propostas que foram analisadas pela AEDAS para ajustes e complementações da presente versão do Plano de Trabalho.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Promover a participação efetiva e a garantia do acesso à informação visando subsidiar e impulsionar a reparação integral das perdas e danos sofridos pelas famílias atingidas em razão do rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV-A da mina Córrego do Feijão da empresa Vale S.A. na Região 1 – Brumadinho.

4.2 Objetivos Específicos

1. Mapear e avaliar junto aos atingidos e as atingidas quais ações emergenciais já foram realizadas a fim de verificar demandas não contempladas e atendidas.

2. Fomentar a auto-organização das famílias atingidas em grupos de base por comunidade, de acordo com os seus modos de vida, a fim de contribuir para a participação ampla e informada dos atingidos e atingidas e nas negociações para reparação.

3. Oferecer às famílias atingidas o acesso rápido a informações técnicas qualificadas, em linguagem adequada às suas características socioculturais.

4. Promover informação técnica e acompanhamento às Comissões e ao conjunto dos atingidos e atingidas no município de Brumadinho nas ações relacionadas à reparação integral contemplando 13 áreas:

- 1) Jurídica
- 2) Saúde física e mental
- 3) Serviços socioassistenciais
- 4) Socioeconômico
- 5) Comunicação
- 6) Habitação e infraestrutura





- 7) Água
- 8) Educação
- 9) Pesca, agricultura e veterinária
- 10) Socioambiental
- 11) Povos e comunidades tradicionais
- 12) Patrimônio cultural
- 13) Turismo

5. Estimular e acompanhar formas de organização coletivas dos atingidos e das atingidas visando o protagonismo e autogestão na implementação de ações e medidas reparatorias.

6. Construir coletivamente o Plano de Reparação Integral dos Danos com o conjunto dos atingidos e das atingidas abrangendo as mais diversas áreas de atuação.





5. PÚBLICO ALVO

O Município de Brumadinho foi considerado atingido em sua totalidade, conforme Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024, da 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, datada de 20 de fevereiro de 2019:

Quanto ao pagamento emergencial aos atingidos e para o início das indenizações do dano difuso, individual homogêneo ou indenizações individuais de acordo com o que for decidido ao final do processo, ficou estabelecido que todas as pessoas que possuíam registro até a data do rompimento da barragem dos seguintes cadastros: Justiça Eleitoral, matrículas nas escolas ou faculdades, Cemig, Copasa, postos de saúde, Emater, Secretarias de Agricultura Municipais e Estaduais, no Cras ou no Suas (Sistema Único de Assistência Social) das localidades de Brumadinho, integralmente, e também nas comunidades que estiverem até 1 km do leito do Rio Paraopeba desde Brumadinho e demais municípios na beira do rio, até a cidade de Pompeu na represa de Retiro Baixo, receberão o pagamento de 1 (um) salário mínimo mensal para cada adulto, $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo mensal para cada adolescente, $\frac{1}{4}$ (um quarto) de salário mínimo para cada criança, pelo prazo de um ano, a contar da data do rompimento da barragem (p. 1209).

Segundo consta no Relatório Final da Comissão Especial “Atingidos por barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), utilizando nas recomendações do Conselho Nacional de Direitos Humanos para o caso da Bacia do Rio Doce e Paraopebas, os atingidos e as atingidas são descritos como:

A implantação de uma barragem implica, via de regra, processo complexo de mudança social, que envolve deslocamento compulsório de população e alterações na organização cultural, social, econômica e territorial.

Entende-se que na identificação dos impactos e dos grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos devem ser consideradas as alterações resultantes não apenas da implantação do reservatório, mas também das demais obras e intervenções associadas ao empreendimento, tais como canteiro, instalações funcionais e residenciais, estradas, linhas de transmissão, etc.

Na identificação dos tipos de impactos, devem ser considerados, entre outros: a) o deslocamento compulsório (de proprietários e não proprietários); b) a perda da terra e outros bens; c) perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida; d) perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento; e) ruptura de circuitos econômicos.

Em certas circunstâncias também devem ser consideradas como atingidas as comunidades e populações anfitriãs, isto é, que receberam reassentamentos de deslocados pelo empreendimento.

(...) A restrição ou perda do potencial pesqueiro, mudanças do regime hídrico, efeitos sobre a navegação e comunicação, perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante ou outras formas de exploração das várzeas (garimpo, extração de materiais, etc.), assim como todas as interferências a jusante deverão ser consideradas para efeito da identificação dos impactos.





Devem ser consideradas como perdas as alterações impostas a circuitos e redes de sociabilidade, sempre que implicarem na ruptura de relações importantes para a reprodução social, consideradas as dimensões culturais e a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas.

As perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, imateriais e intangíveis, e por isso mesmo não passíveis de quantificação e, a fortiori, de monetarização, devem ser consideradas e objeto de ampla e aberta discussão e negociação.

Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingido.

Deverá ser considerada a dimensão temporal dos impactos, de modo a incorporar o caráter essencialmente dinâmico dos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Isto implicará em considerar impactos que se fazem sentir em diferentes momentos do ciclo do projeto, desde o início do planejamento.

Para os Povos Indígenas e demais Comunidades Tradicionais serão consideradas suas especificidades culturais, direitos históricos, constitucionais e reconhecidos por convenções internacionais

Considerando o exposto, o público-alvo engloba, de forma ampliada, todos os moradores das comunidades afetadas pelo rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV-A da mina Córrego do Feijão da empresa Vale S.A. na Região 1 – Brumadinho. Levando em conta a especificidade de que todo território foi declarado como atingido, e que, segundo o IBGE (2018), o município de Brumadinho engloba um total de 39.520 pessoas, esse será o público alvo do projeto, sendo organizado em comunidades e grupos de base, conforme metodologia descrita na sequência.





6. METODOLOGIA

6.1 Metodologias de Participação

Para atingir os objetivos traçados propomos uma metodologia participativa que visa unir a produção técnica com a participação e da população atingida. Primando pelo princípio de ampliação do protagonismo dos atingidos e das atingidas, serão promovidos mecanismos que promovam a informação, mobilização e engajamento das comunidades a fim de propiciar que estas tomem decisões informadas sobre plano de reparação dos danos causados pelo desastre sociotecnológico.

Entende-se que nesse cenário é necessário a produção do conhecimento engajado com as comunidades, construído a partir da interação entre a técnicos, mobilizadores, atingidos e atingidas, comissões e instituições públicas, norteado pelo princípio da centralidade do sofrimento da vítima. Também serão constituídos 3 escritórios para atendimento da população na região.

Em se tratado de uma região bastante grande e com diversidade de problemáticas, será estabelecido inicialmente a divisão em 5 territórios nos quais se integram relações socioespaciais. Isso também constituirá um horizonte que demarca parte da organização da operacionalização da metodologia.

O projeto foi concebido para ser executado em um período de quatro anos considerando a necessidade de desenvolver estudos confiáveis, a complexidade dos danos causados e o tempo gasto em processos de reparação de desastres da mesma natureza. Observa-se que, caso o processo de reparação integral se estenda por prazo superior e haja a necessidade, o projeto pode ser expandido.

Para fins didáticos a metodologia está apresentada em dois eixos: mobilização social e controle social. No entanto, entende-se que os eixos são interligados e complementares, retroalimentando-se de forma contínua.

6.1.1. Mobilização social

Para promover a mobilização social haverá uma equipe específica que atuará no diálogo permanente com o conjunto dos atingidos e atingidas, por meio de um modelo organizativo constituído das seguintes ferramentas de participação: grupos de base; comissão





de atingidos e atingidas; coletivo de coordenadores de grupos de base; assembleias de atingidos e seminários temáticos.

A consolidação dessas ferramentas possibilitará a participação efetiva dos atingidos e atingidas, a troca de informações, realização de debates de forma que cheguem à totalidade dos atingidos interessados em participar do plano de reparação de danos¹⁷, de forma rápida e representativa. As informações construídas a partir do processo participativo serão oportunizadas por dinâmica de diálogo entre as esferas que compõem o modelo organizativo da assessoria.

Portanto, os grupos de base, as comissões dos atingidos, o coletivo de coordenadores/as, os seminários temáticos e outras atividades promovidas, serão mecanismos que se retroalimentam por diálogo permanente e garantem as ações da assessoria balizadas pela participação dos atingidos e atingidas. Tal mecanismo é usualmente utilizado em metodologias participativas e em situações de conflitos, e vem demonstrando ser uma eficiente forma de comunicação e tomada de decisão coletiva.

Segue a descrição de cada uma das ferramentas:

a) Grupos de Base

Os Grupos de Base constituem a célula fundamental da organização e da participação popular no processo de reparação dos danos, tendo por principal objetivo estimular a auto-organização das famílias atingidas. Os grupos são instrumentos para se alcançar o protagonismo, a transparência e a continuação do processo de mobilização já iniciado nas comunidades, respeitando a particularidade de cada território.

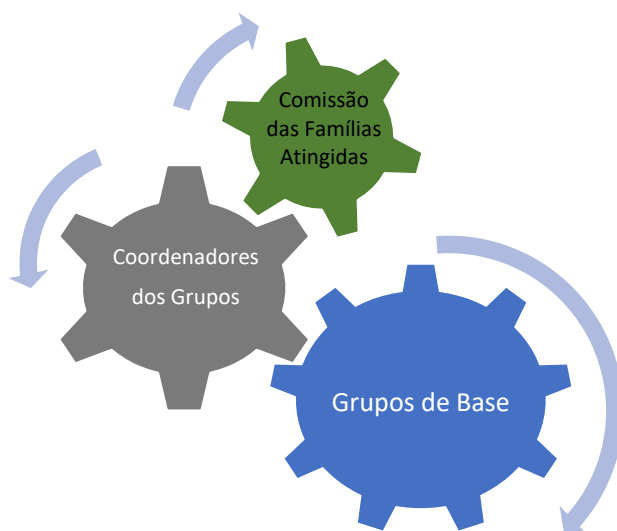
Todas as pessoas atingidas interessadas em participar do processo coletivo de reparação serão convidadas a integrar um Grupo de Base. Cada grupo contará, prioritariamente, com a coordenação de um homem e uma mulher e, ainda, de um coordenador ou uma coordenadora jovem, que serão escolhidos pelo próprio grupo. Tal proposta se faz necessária para garantir a presença de diferentes olhares sobre as questões debatidas, assegurando o respeito à equidade de gênero e etária dentro de um processo democrático. Os coordenadores e coordenadoras comporão um Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras que estará em permanente diálogo com as Comissões dos Atingidos e Atingidas.

¹⁷ Cumpre ressaltar que a assessoria se constitui como um serviço à disposição da população, não sendo de caráter obrigatório a participação para qualquer medida de reparação.





O grupo realizará reuniões periódicas para divulgar e debater as informações sobre os direitos dos atingidos e atingidas, discutir sobre os danos causados pelo rompimento da barragem, suas implicações na vida da comunidade, possíveis formas de reparação, elaboração de pautas da comunidade e outros assuntos de interesse. O grupo também será o espaço de difusão das informações produzidas pelo acompanhamento técnico e também de recolhimento das demandas, sugestões e opiniões dos atingidos e atingidas.



Os grupos de base serão formados conforme descrição no cronograma e das atribuições da equipe. E possuíram um caráter fluído no projeto, podendo ser ampliados ou mesmo divididos conforme o avanço na participação da população atingida.

b) Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base

Os coordenadores e coordenadoras dos grupos de base comporão um Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras que estará em permanente diálogo com as Comissões dos Atingidos e Atingidas¹⁸. Esse coletivo terá a função de “correia transmissora” das informações da assessoria técnica para os grupos de base, bem como das demandas, sugestões e contribuições dos grupos para a assessoria. Tal coletivo garante dinamismo, agilidade e rápida multiplicação dos debates e informações produzidas.

Esse coletivo, será importante no processo de protagonismo dos atingidos na organização dos mesmos e passará por um processo de formação para que possam atuar de

¹⁸ Essa conformação do Coletivo seguirá o fluxo proposta para a formação dos grupos de base, também não possuindo uma rigidez estrutural à medida que está relacionada com a fluidez da participação





forma qualificada nos processos de negociações e diálogo com os diversos atores no processo de reparação integral.

c) Comissão de Atingidos

A Comissão de atingidos e atingidas é um espaço organizativo da população que sofreu danos, que se reúnem para debater as soluções de suas necessidades coletivas e individuais e os encaminhamentos do processo de reparação. É uma estrutura anterior a assessoria técnica, e será integrada aos mecanismos da participação social, respeitando-se a auto-organização da população e as especificidades das comunidades.

A organização das comissões, se dá por bairros e regiões do município de Brumadinho, sendo que 22 delas já estão consolidadas e poderão vir a se formar ao longo do trabalho de organização dos atingidos e das atingidas.

d) Seminários temáticos

Seminários temáticos são espaços de discussão que têm como objetivo reunir atingidos e atingidas a partir de temas e interesses em comum. Os temas dos seminários serão definidos pelos próprios atingidos e atingidas a partir dos danos e interesses em comum como, por exemplo, água, saúde, mulheres, questões que envolvem categorias profissionais ou de ocupação como comerciantes, pescadores, agricultores entre outros.

Esses seminários serão importantes para garantir que todas as pessoas que não conseguem participar do espaço dos grupos de base, possa ter seu direito de participação garantido, tendo espaço de debate, construção das pautas, informação sobre a reparação integral e o que a assessoria tem levantado sobre o determinado assunto para a atividade.

Será feito o planejamento para garantir que os seminários ocorram em todos os cinco territórios ao qual será a divisão para atuação da assessoria em Brumadinho.

e) Assembleias de Atingidos e Atingidas

As assembleias de atingidos e atingidas serão a instância máxima em termos decisórios no processo de reparação. Serão reuniões massivas com objetivo deliberar de forma democrática as definições sobre os assuntos levantados pela população e outros apontados pela assessoria técnica. Nesse sentido, se objetiva com esse espaço uma ampliação do coletivo de coordenadores, funcionando como um espaço de maior participação democrática das decisões.





Participam das assembleias todas as pessoas que participam dos grupos de base e comissões de atingidos, sendo aberto a todas as pessoas que não se dispõem a participar do modelo organizativo. A proposta é que sejam organizadas assembleias regionais, a partir de cada um dos cinco territórios em que a assessoria irá atuar.

f) Atendimento coletivo às crianças – espaço de cuidado

Para garantia de participação das mulheres em todos os espaços supracitados, desde os grupos de base até as assembleias, faz-se necessário criar as condições para isso, tendo em vista, sobretudo, que são elas as responsáveis pelo cuidado dos filhos no dia a dia. Para além disso, é importante uma atuação com as crianças que também estão inseridas no contexto desse conflito tão complexo e que mudou suas vidas.

O atendimento coletivo às crianças, se dará em todos os espaços de participação, envolvendo os técnicos, mas também as comunidades na responsabilidade de cuidar das crianças para garantia de participação de todas as mulheres.

Esses espaços serão construídos entre técnicos da assessoria e lideranças das comunidades, para que organizem as atividades pedagógicas a fim de que elas possam distrair as crianças assegurando a participação das mães, ao mesmo tempo propiciar que as crianças também possam debater suas problemáticas.

Serão elaborados materiais didáticos, dinâmicas e ações que serão utilizadas nesse atendimento coletivo, como uma roda de brincadeira, roda de conversa, contação de histórias, elaboração de desenhos.

Serão contratadas profissionais da área da pedagogia que irão qualificar esse atendimento tão importante às crianças, seja por elas, seja por suas mães, que tem papel fundamental na participação para elaboração da reparação integral de todos os danos sofridos por essas pessoas, incluindo os danos às crianças.

g) Comunicação

Outra ferramenta necessária para se obter êxito no quesito mobilização social é a comunicação. No presente Projeto ela funcionará nos moldes da comunicação popular, ou seja, em articulação com o povo e a ele servindo. A comunicação popular contribuirá para o aumento da participação, organização, formação e informação dos atingidos e atingidas, por isso deve ser compreendida como parte fundamental do processo de assessoria.





O objetivo é divulgar as atividades da assessoria, informar sobre os resultados das consultorias especializadas, prestar contas à população, elaborar materiais como cartilhas, folders, panfletos, informações no site da AEDAS, entre outras formas, a fim de aumentar a participação alcançando e informando o maior número possível de atingidos e atingidas. As estratégias de comunicação serão desenvolvidas ao longo da assessoria atendendo às necessidades dos atingidos e das atingidas e considerando as formas de comunicação mais acessíveis ao público-alvo. Este eixo da comunicação justifica-se a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI)¹⁹, que assegura o direito fundamental de acesso à informação. Além disso, ressalta-se também a demanda dos atingidos e das atingidas por ampla divulgação das reuniões e dos assuntos nelas tratados.

6.1.1.1. Ajuste da metodologia

O mecanismo de participação exposto acima será reapresentado aos atingidos e atingidas, podendo sofrer ajustes e aprimoramentos, de acordo com a vontade desses. Para tanto, será necessário a realização de assembleias e/ou reuniões com as comissões de atingidos.

6.1.2. Metodologia de Controle Social

O controle social é fundamental para êxito do trabalho da assessoria técnica. Para que ocorra é necessário haver participação popular. Dessa forma os grupos de base constituem a ferramenta mais adequada para esta função. Todas as informações referentes à assessoria técnica serão fornecidas sem restrições, de forma clara e com linguagem apropriada, tendo em vista que a transparência é princípio do trabalho da AEDAS em todos os projetos que atua. Tal estruturação objetiva conferir aos atingidos e às atingidas domínio e gerência, constituindo-os como os atores diretos da assessoria.

Por outro viés, a realização de auditorias contábil-financeira e finalística, realizada por entidade externa e independente em relação à AEDAS e à Vale, bem como qualquer empresa vinculada a mineradora, e, legalmente habilitada no Conselho Regional de Contabilidade para o exercício de auditoria externa, comporá mais um instrumento de Controle Social. Para garantir competência ao processo de auditoria, destaca-se a exigência

¹⁹ LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.





de ter atuado como auditora externa por pelo menos 5 (cinco) anos e atuar conforme os regramentos próprios das ciências contábeis.

A auditoria contábil-financeira será realizada a cada trimestre e a auditoria finalística a cada semestre nos espaços físicos e nas comunidades de atuação da assessoria, cumprindo as exigências judiciais para a sua realização, produzindo análises e destacando os resultados a partir de pareceres e relatórios, os quais serão ferramentas de avaliação no âmbito jurídico e social.

A AEDAS disponibilizará os pareceres das auditorias e os relatórios trimestrais e semestrais de forma física e digital, para a comissão de atingidos e qualquer atingido que os solicite. As comissões e atingidos poderão fazer observações nos documentos enviar para a AEDAS, para que possa readequar, caso necessite. Caso necessário e conforme planejamento, a AEDAS também poderá apresentar nas ferramentas do modelo organizativo uma síntese das informações relativas as prestações de conta.

Além disso, a AEDAS divulgará de forma massiva e permanente um endereço eletrônico e um número de telefone para receber possíveis críticas e sugestões a qualquer momento sobre o trabalho executado pela entidade. Respeitando o anonimato, tais reclamações serão repassadas para a Comissão, no intuito de analisar a relevância e construir coletivamente as soluções. Caberá ainda às Instituições de Justiça avaliar as reclamações apresentadas pelas comunidades em relação à prestação de Assessoria Técnica e adotar as medidas que julgar cabíveis.

6.2 Metodologia de Planejamento, Execução e Monitoramento interno

A AEDAS tem como ferramenta metodológica o ciclo de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS) onde são trabalhados os avanços, desafios, limites e estratégias do projeto, na realização do planejamento participativo, o que nos permite planejar, monitorar, avaliar e sistematizar a cada semestre, a evolução de nossa ação.

Para efetivação do PMAS e todo o projeto de assessoria, tem como base a linguagem a partir da Educação Popular uma vez que, o que se produz e apresente para os atingidos e atingidos seja compreensível, ainda que muito do que se produzirá terá caráter técnico.

Essa metodologia leva em consideração a importância de cada técnico e as ações das áreas, valoriza especificidade e pluralidade dos saberes, numa dinâmica de ação e reflexão para a realização de um trabalho efetivo e eficaz.





6.2.1 Equipes da Assessoria Técnica²⁰

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), por meio da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS), lançou uma Nota Técnica em 2017²¹ onde discorreu sobre os fundamentos da assessoria técnica nos seguintes termos:

Uma Assessoria Técnica multidisciplinar destina-se a informar tecnicamente os membros da comunidade, realizando a “tradução” de termos e informações técnicas em linguagem adequada às características socioculturais locais, de forma ampla e qualificada, colaborando com o desenvolvimento de processos participativos na comunidade, permitindo a simetria técnica e compensando a hipossuficiência das pessoas atingidas. (...) Nesse passo, a Assessoria Técnica tem por objetivo, portanto, possibilitar a construção da efetiva participação das comunidades nos processos decisórios, auxiliando, inclusive, na compreensão de como devem ser reparados os danos eventualmente sofridos. Por outro lado, o papel de uma Assessoria Técnica multidisciplinar não se restringe apenas em “traduzir” conhecimento técnico para as comunidades, mas também em identificar, valorizar e agregar os conhecimentos e saberes próprios dessas comunidades nos planos, projetos e peças técnicas que lhes são afetos. Assim, busca-se garantir que a formulação, o planejamento e a execução de ações e programas contemplem e reflitam os modos de vida próprios das comunidades destinatárias, trazendo-os para o centro dos processos decisórios, numa espécie de “tradução inversa” para a esfera técnica.

Importante destacar que o advento da oportunidade das comunidades contarem com a contribuição de uma assessoria técnica multidisciplinar no processo de participação e decisório sobre as medidas e ações de reparação dos danos sofridos estão intimamente ligados a intensos processos de conflitos e disputas protagonizados há décadas por atingidos e atingidas contra a violação sistemática de direitos humanos ocorridas historicamente em grandes empreendimentos. Os desastres sociotecnológicos ocorridos na Bacia do Rio Doce e Paraopeba reforçaram iniciativas já em curso, importantes para o estabelecimento da assessoria técnica independente como direito das populações atingidas.²²

Para que o projeto seja plenamente executado tal qual foi concebido, buscando-se dimensionar e viabilizar uma assessoria técnica capaz de atender adequadamente às comunidades atingidas de acordo com a extensão, intensidade e especificidades dos danos sofridos pelas mesmas e observadas as situações de vulnerabilidade social, será necessário

²⁰ Evidencia-se neste item o atendimento ao escopo básico, item 1.4, letra b do Edital de Chamamento Público.

²¹ Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/inclusao-e-mobilizacao-sociais/conflitos-socioambientais/>

²² Vide a aprovação em 25/06/19 no Plenário da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 2788/19, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).





a contratação de técnicos e profissionais para o desempenho de atividades de gestão, administração, comunicação, operacional, de mobilização e de assessoria técnica.

Os profissionais para atuação nas áreas de gestão, administração e coordenação operacional serão escolhidos diretamente pela AEDAS, por compreender atividades inerentes a execução e controle do Projeto, visando garantir a concepção dos trabalhos de assessoria técnica independente, em caráter multidisciplinar, a aplicação adequada da metodologia, da interação e integração das atividades e o alcance dos objetivos propostos. Deverão, portanto, ser profissionais com comprovada experiência profissional e de inteira confiança da entidade, considerando as responsabilidades que lhes serão atribuídas²³.

Já a equipe de mobilizadores e de técnicos (nível técnico, superior júnior e superior pleno) serão definidas por meio de processo de edital de seleção a ser divulgado preferencialmente por meios eletrônicos. Após a divulgação do edital, a seleção se dará em dois processos: pré-seleção de currículos (Curriculum Vitae) e entrevista presencial²⁴ com os profissionais pré-selecionados.

Apresentamos abaixo a descrição das equipes técnicas necessárias para execução do Projeto, informando áreas de atuação, quantidade de profissionais, função, formação e atribuições.

Tabela 06 – Descrição da Equipe de Gestão

ÁREA	QTD	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Gestão de Projeto	01	Coordenador Geral de Projeto	Nível Superior	Desenvolver e coordenar as relações institucionais necessárias no âmbito da execução do Projeto. Gerenciar a Equipe de Administração, as atividades relacionadas a comunicação do Projeto e garantir o desenvolvimento adequado das atividades, cronograma e aplicação dos recursos, além de proceder os diálogos necessários com auditoria externa.

²³ Na Equipe Operacional e de Comunicação (Tabela 08), a seleção de profissionais para as funções de recepcionista, auxiliar de serviços gerais e profissional de limpeza poderão ocorrer mediante edital de seleção.

²⁴ Cumpre ressaltar que para os profissionais residentes no estado de Minas Gerais as entrevistas serão obrigatoriamente presenciais, para os profissionais provenientes de outros estados da federação ou mesmo dos outros países será viabilizado em formato virtual por Skype.





Gestão de Projeto	01	Coordenador Territorial do Projeto	Nível Superior	Associado ao Coordenador Geral do Projeto, atuará presencialmente no território de Brumadinho. Gerenciar os escritórios locais, as atividades relacionadas a comunicação do Projeto e, junto a coordenação de Equipe Permanente, garantir o desenvolvimento adequado da metodologia, atividades, cronograma e aplicação dos recursos, além de proceder os diálogos necessários com auditoria externa.
Gestão da Informação	01	Gestor da Informação	Nível Superior	Organizar, coordenar e orientar processos na identificação das necessidades de informação, como coleta, classificação, sistematização, armazenamento, tratamento e apresentação da informação provenientes dos relatórios das equipes técnicas e consultorias especializadas.
Coordenação de Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente	01	Coordenador de Mobilização	Nível Superior	Coordenar e auxiliar os trabalhos e atividades a serem desempenhadas pelos mobilizadores. Junto ao Coordenador Territorial do Projeto e Coordenador de Técnicos, garantir o desenvolvimento adequado da metodologia, atividades e cronograma.
Coordenação de Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente	01	Coordenador de Técnicos/ Assessores	Nível Superior	Coordenar e auxiliar os trabalhos e atividades a serem desempenhadas pelos técnicos. Junto ao Coordenador Territorial do Projeto e Coordenador de Mobilização, garantir o desenvolvimento adequado da metodologia, atividades e cronograma.
TOTAL	05			

Tabela 07 – Descrição da Equipe de Administração

ÁREA	QTD	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
------	-----	--------	----------	-------------





Administrativo	01	Gerente Financeiro do Projeto	Nível Superior	Coordenar a Equipe Administrativa. Garantir a execução financeira do projeto dentro do cronograma físico-financeiro. Realizar pagamentos e acompanhar a auditoria.
Administrativo	01	Analista administrativo	Nível Superior	Acompanhar pagamentos, proceder cotações e prestação de contas para fins de contabilidade e auditoria.
Administrativo	01	Auxiliar administrativo / contábil	Nível Médio	Auxiliar o Analista Administrativo nos procedimentos de cotações e prestação de contas.
Jurídico	01	Gestor de contratos	Nível Superior	Acompanhar e assessorar juridicamente os procedimentos de aquisição e contratação. Proceder a gestão dos contratos celebrados no âmbito da assessoria.
Tecnologia da Informação	01	Analista em Tecnologias e Sistemas de Informações	Nível Superior	Gerenciar e prestar assistência sobre informações em redes, processamento de dados, engenharia de software, informática e hardwares. Zelar pela segurança e integridade das informações.
TOTAL	05			

Tabela 08 – Descrição da Equipe Operacional e de Comunicação

ÁREA	QTD	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Administrativo (escritório)	03	Assistente administrativo	Nível Médio	Assistente de escritório do Analista Administrativo. Executar cotações e prestação de contas. Coordenar a guarda e utilização de bens móveis e imóveis, bem como atividades intrínsecas do escritório.
Recepção (escritório)	03	Recepcionista	Nível Médio	Realizar uma primeira orientação e triagem dos atingidos e atingidas, seja presencial ou telefônico, orientando-os para o atendimento adequado.
Serviços Gerais (escritório)	03	Auxiliar de serviços gerais	Nível Fundamental	Proceder transporte de pessoal, materiais e equipamentos para manutenção e





				executar serviços gerais de escritório e de campo.
Limpeza (escritório)	03	Profissional da Limpeza	Nível Fundamental	Organização e limpeza dos escritórios.
Comunicação	01	Coordenador de Comunicação	Nível Superior	Coordenar as atividades de comunicação e de assessoria de imprensa. Contribuir na formulação de materiais e planos de trabalho de comunicação em estruturas e linguagens adequadas, elaborar notícias e meios de comunicação (website e demais mídias).
Comunicação	01	Comunicador social	Nível Superior	Contribuir na formulação de materiais e planos de trabalho de comunicação em estruturas e linguagens adequadas, no âmbito da comunicação popular.
Comunicação	01	Comunicador social	Nível Superior	Contribuir na formulação de materiais, criação, edição, diagramação e manutenção gráfica de peças de comunicação impressas e digitais, no âmbito da comunicação popular.
TOTAL	15			

Tabela 9 – Descrição da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente

ÁREA	QTD	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Equipe de Mobilização	5	Coordenador de Grupos de Mobilização por Território	Superior pleno	Coordenar e participar dos trabalhos executados pelos grupos de mobilizadores divididos nos 5 territórios.
Equipe de Mobilização	25	Mobilizador social	Superior júnior ou nível técnico	Desempenhar os trabalhos e atividades inerentes a execução da metodologia de mobilização social, apoiados pela equipe técnica e coordenados pela Equipe de Gestão
Equipe Técnica	6	Coordenador das seis Áreas Técnicas da Assessoria	Superior pleno	Coordenar e participar dos trabalhos executados pela equipe técnica divididas nas 6 grandes áreas de atuação: Jurídico; Ciências Agrárias e Ambientais;





				Engenharias e Arquitetura; Ciências Sociais; Saúde e Assistência Social.
Equipe Técnica	2	Pedagogos	Superior pleno	Coordenar, orientar, auxiliar e/ou desempenhar as atividades inerentes a aplicação da metodologia referente ao atendimento coletivo às crianças.
Equipe Técnica	32	Técnicos/ Assessores	Superior pleno	Desempenhar as atividades inerentes a execução da assessoria técnica, apoiados pela equipe técnica e coordenados pela Equipe de Gestão.
TOTAL	70			

6.2.2 Gestão e Sistema de Informações e Dados

Observando-se relatos sobre os limites de gestão e operacionais das experiências acumuladas por técnicos que atuaram/atua nas assessorias técnicas em curso nos municípios de Mariana e Barra Longa, bem como a complexidade dos danos e do território em Brumadinho, emerge preocupações quanto a forma de gestão e controle para armazenar, disponibilizar, sintetizar, relacionar, quantificar, analisar e avaliar dados e informações obtidos durante a completa duração do Projeto, bem como a necessidade de se gerar mapas e outras peças que proporcionem adequada visualização dos dados e informações nele armazenado. Buscando responder a estes desafios, além de incorporar novos perfis técnicos às equipes da assessoria (como Gestor de Informação e Analista em Tecnologias e Sistemas de Informações), propõem-se a contratação de serviços especializados para desenvolvimento e uso de Sistema de Informações Geográficas (SIG) aplicadas ao território de Brumadinho.

Um Sistema de Informações Geográficas (SIG) é composto por hardware(s) e software(s), no qual dados e informações espaciais (com endereço geográfico - latitude e longitude) são utilizados, por meio de procedimentos computacionais e recursos humanos, que permite e facilita a análise, gestão ou representação de objetos em territórios específicos, além de fenômenos que nele ocorrem. Quaisquer dados e informações tabulares (atributos) podem ser relacionados com objetos e territórios.

O SIG proporcionará análise individual ou simultânea de todos dados e informações tratadas pela assessoria técnica, de modo contínuo, e servirá como uma ferramenta de suporte e auxílio ao planejamento e organização dos trabalhos. O SIG deverá conter meios para





acesso escalonado, com proteção e segurança necessárias e suficientes para manter a confidencialidade de dados e informações.

6.2.3 Identificação inicial das comunidades

Atentos a especificidade de que toda população do município de Brumadinho é considerada atingida, para fins de dimensionamento dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários aos trabalhos da assessoria, buscou-se identificar as comunidades/bairros em que inicialmente estariam inseridas no planejamento pela AEDAS para o desenvolvimento da assessoria técnica no território, em função da metodologia de participação e das atividades propostas neste Projeto.

Decorrente dos trabalhos executados para elaboração do Plano de Trabalho, a partir da inserção das 22 Comissões de Atingidos reconhecidas pelas Instituições de Justiça e de demandas apresentadas e levantadas pelas atividades de campo, foram inicialmente identificadas 43 comunidades²⁵:

Tabela 10 – Comunidades identificadas pela inserção das 22 Comissões de Atingidos

1	Aranha	11	José Henrique	21	Progresso I
2	Assentamento Pastorinhas	12	Marinhos (Quilombola)	22	Progresso II
3	Casa Branca	13	Martins e Colégio	23	Ribeirão (Quilombola)
4	Casinhas	14	Massangano	24	Rodrigues (Quilombola)
5	Córrego do Feijão	15	Melo Franco	25	São José do Paraopeba
6	Córrego Fundo	16	Monte Cristo/Córrego do Barro	26	Sapé (Quilombola)
7	Gomes	17	Parque da Cachoeira	27	Soares
8	Grotas	18	Piedade do Paraopeba distrito	28	Taquaraçu
9	Jangada	19	Piedade do Paraopeba zona rural	29	Progresso I
10	Jardim Casa Branca	20	Pires		

Tabela 11 – Comunidades identificadas pelas atividades de campo

30	Alberto Flores	37	Maricota
31	Bela Vista	38	Mutirão
32	Centro de Brumadinho	39	Parque do Lago
33	Cerradão	40	Planalto
34	Cohab	41	Residencial Bela Vista
35	Conceição de Itaguá	42	Salgado Filho
36	Lagoas	43	São Conrado

²⁵ As comunidades identificadas inicialmente para atuação da assessoria técnica serão avaliadas e, se necessário, ajustadas, adequando-se e/ou acrescentando-se novas comunidades/setores atingidos mediante demandas constatadas ao longo do exercício dos trabalhos executados pela AEDAS no território. Verifica-se como áreas/setores potenciais para atuação da assessoria técnica o Distrito de Brumado e a comissão de atingidos dos servidores públicos municipais.





7. ATIVIDADES DO PROJETO²⁶

Além da contratação dos profissionais para prestação da assessoria técnica, será necessário disponibilizar recursos financeiros para o custeio de infraestrutura, materiais, espaços físicos, aquisição de periféricos, desenvolvimento das atividades e contratação de serviços e consultorias indispensáveis à execução do projeto.

Inicialmente serão adotados os procedimentos e ações necessárias para: i) estabelecimento da assessoria técnica no território, englobando a escolha dos locais para funcionamento dos escritórios, contratação de prestadores de serviços, fornecedores e aquisição de equipamentos/periféricos; ii) processo de escolha e seletivo dos profissionais; iii) planejamento e formação das Equipes Técnicas.

Apresentamos as seguintes atividades a serem desempenhadas pela AEDAS na consecução da assessoria técnica.

7.1 Reuniões Iniciais do Projeto

As reuniões iniciais no âmbito da metodologia têm como objetivo apresentar aos atingidos e às atingidas a assessoria técnica e o plano de trabalho, bem como dar início ao planejamento das atividades. Serão desenvolvidas envolvendo as Comissões de Atingidos, Assembleias, Grupos de Base e Coordenadores de Grupos de Base.

7.2 Reuniões Periódicas

As reuniões periódicas ocorrerão nos Grupos de Base, Seminários Temáticos, reuniões de coordenadores dos GBs, reuniões com as Comissões de Atingidos entre outros espaços de discussão. Tais reuniões visam a efetivação da participação e o monitoramento das atividades realizadas pela assessoria técnica.

Em caráter de continuidade, também serão organizadas atividades internas periódicas de capacitação da equipe técnica multidisciplinar, visando a qualificação de atuação, organização e avaliação dos trabalhos prestados pela assessoria.

²⁶ Evidencia-se neste item o atendimento ao escopo básico, item 1.4, letra c do Edital de Chamamento Público.





7.3 Mobilização Social

Conforme apresentado no item 6. Metodologia, um dos objetivos e indicadores da execução do trabalho da assessoria técnica é o aumento da participação, que ocorre por diversas práticas e espaços para mobilização social. A participação ampla e informada dos atingidos ocorre de forma transversal à todas as atividades da Assessoria Técnica, através da organização e monitoramento dos Coletivos de Coordenadores(as) de Comissões, das Comissões de Atingidos e dos Grupos de Base, entre outros espaços. Como previsto na contratação da equipe, os técnicos mobilizadores terão a função de mobilizar e organizar os grupos citados, além de facilitar a comunicação e garantir os fluxos de informações no interior do modelo organizativo.

O término das execuções dos produtos apresentados neste plano não exclui a atividade aqui descrita, uma vez que os produtos são documentos que sintetizam parâmetros e diretrizes para o Plano de Reparação Integral dos Danos. A mobilização social visa também facilitar a organização dos atingidos e atingidas na tomada de decisões, conciliações e apresentação de propostas no âmbito da Ação Civil Pública. Dessa forma, é necessária a participação ativa da comunidade para consolidar as propostas da assessoria em ações concretas.

Estima-se a organização inicial de 150 grupos de base, com composição de 10 a 15 núcleos familiares de atingidos e atingidas. A dinâmica de organização e realização das reuniões dos grupos de base, das reuniões de coordenadores de grupo de base e das Comissões de Atingidos serão objetos de planejamento dos primeiros meses da assessoria técnica.

7.4 Seminários Temáticos

Os Seminários Temáticos são atividades específicas de desenvolvimento da metodologia de participação popular. Conforme explicado no ponto da metodologia, tais seminários visam fornecer subsídios técnicos para tomada de decisão informada pelos atingidos.

No primeiro ano do Projeto, estima-se inicialmente a realização de 3 seminários temáticos em cada um dos 5 territórios de atuação. Nos três anos subsequentes, estima-se a organização 5 seminários temáticos em cada um dos 5 territórios, com participação de 150 pessoas/seminário.





7.5 Assembleias

As assembleias de atingidos e atingidas são a instância máxima e efetivam a centralidade da vítima no processo de reparação integral. Esses espaços ocorrerão sempre que necessários durante o processo de construção das propostas e tomada de decisão informada pelos atingidos.

No primeiro ano do Projeto, estima-se inicialmente a realização de 3 assembleias em cada um dos 5 territórios de atuação. Nos três anos subsequentes, estima-se a organização de 4 assembleias em cada um dos 5 territórios, com participação de 250 pessoas/assembleia.

7.6 Atividades desenvolvidas pela Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente

Os integrantes da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente serão as principais referências dos atingidos e atingidas no processo de elaboração do Plano de Reparação Integral dos Danos. Os mobilizadores e assessores serão responsáveis pela execução das atividades do Projeto descritas acima, a fim de realizar um processo constante de estabelecimento de ações e na condução da metodologia que permita a democratização da participação e tomada de decisões, assegurando também a contribuição nas diferentes áreas de conhecimento, garantindo o fornecimento de informações técnicas adequadas e seguras aos atingidos.

O desenvolvimento da metodologia de participação é quem garantirá a equidade da participação dos atingidos na concepção, formulação, execução, acompanhamento e avaliação de eventuais planos, programas, projetos e ações relacionados à reparação integral dos danos decorrentes do rompimento.

Além disso, a linguagem dos documentos e propostas apresentadas pela Vale S.A. devem ser interpretadas e convertidas num formato acessível à população, bem como os saberes da comunidade devem ser levados em consideração na elaboração de planos e estratégias.

Caberá a integrantes das Equipes de Gestão e Técnica Multidisciplinar Permanente aprofundar e detalhar o conteúdo das consultorias especializadas, elaborando o Termo de Referência que definirá o escopo dos serviços a serem contratados e executados por entidades, empresas e/ou laboratório especializado. As contratações seguirão os valores de





mercado, mas sempre primando pela qualidade, eficiência, experiência e confiança da AEDAS. Os assessores serão responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento dos trabalhos a serem desenvolvidos pelas consultorias.

7.7 Consultorias Especializadas²⁷

A assessoria proposta para o presente Projeto contará não só com a Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente, mas também com consultorias especializadas que realizarão os produtos definidos a partir das reuniões com os atingidos e as atingidas. Entende-se por produto, a contratação temporária adicional de Consultorias Técnicas Especializadas necessárias para sanar as carências dos atingidos e atingidas por estudos mais aprofundados, que não estarão ao alcance dos profissionais da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente.

Distingue-se os assessores permanentes dos consultores especializados pelo nível de especialização. Os primeiros no nível pleno de conhecimento generalista. Os segundos de nível sênior com conhecimento aprofundado em alguns aspectos, específicos em temas e áreas da respectiva atuação profissional. Existem ainda objetos de análise/estudo que demandam monitoramento em médio e longo prazos visando obtenção de séries robustas e confiáveis de dados e informações de maneira a proporcionar redução de incertezas científicas e estatísticas.

Estabeleceu-se a divisão das demandas em produtos gerais a serem trabalhados ao longo dos quatro anos. Tais produtos serão de fundamental importância sejam no levantamento de dados, realização de diagnósticos, estudos e análises, que subsidiaram a edificação do Plano de Reparação Integral dos Danos ou ainda para auxiliar na resolução de problemáticas imediatas das comunidades. A descrição de cada consultoria apresentada no presente Projeto deve ser entendida sob a forma de ementa, considerando, como já exposto, que caberá a integrantes da Equipes de Gestão e Técnica Multidisciplinar Permanente o planejamento coletivo junto aos atingidos de sua execução, incluindo-se a definição de prioridades, bem como o detalhamento do escopo.

A partir das escutas realizadas nas reuniões com as Comissões de Atingidos durante a elaboração do Plano de Trabalho, levando em consideração as informações obtidas das perdas e danos previamente declarados e as informações necessárias para fundamentar a

²⁷ Evidencia-se neste item o atendimento ao escopo básico, item 1.4, letra a do Edital de Chamamento Público





preparação do Plano de Reparação Integral dos Danos, apresentamos abaixo a lista de consultorias inicialmente demandadas:

Tabela 12: Consultorias Especializadas

	Áreas	Descrição dos Produtos	Categoria Consultoria Especializada	Duração (mês)
1	Ciências Humanas	Diagnóstico socioeconômico-cultural e consolidação do perfil dos atingidos e das atingidas	IV	6
2	Saúde Coletiva	Levantamento de demandas emergenciais em saúde	II	6
3	Ciências Agrárias e Ambientais	Monitoramento sistemático e contínuo de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	IV	43
4	Ciências Humanas	Povos e Comunidades Tradicionais: Quilombos	III	40
5	Ciências Agrárias e Ambientais	Levantamento de danos aos animais	III	24
6	Engenharia e Arquitetura	Estudo sobre famílias com necessidade de reassentamento para elaboração do Plano de reassentamento familiar e coletivo	III	38
7	Jurídico	Dimensão Fundiária das áreas atingidas	IV	12
8	Ciências Agrárias e Ambientais	Levantamento de áreas degradadas	III	20
9	Engenharia e Arquitetura	Monitoramento de segurança de barragens	II	38
10	Jurídico	Construção de Matriz de Reconhecimento da Reparação Integral	III	18
11	Saúde Coletiva	Levantamento sobre a saúde dos atingidos e atingidas	II	8
12	Ciências Humanas	Levantamento dos impactos na vida das mulheres	I	24
13	Jurídico	Formação sobre direitos	II	22
14	Ciências Agrárias e Ambientais	Reativação econômica rural	III	36
15	Ciências Agrárias e Ambientais	Assistência Técnica e Extensão Rural	III	36





16	Ciências Sociais Aplicadas	Reativação econômica da zona urbana	III	36
17	Engenharia e Arquitetura	Planejamento coletivo das ações e medidas de Compensação	III	18
18	Engenharia e Arquitetura	Levantamento de danos à infraestrutura do município	IV	10
19	Ciências Humanas	Acesso à cultura, turismo, esporte e lazer	II	23
20	Ciências Humanas	Estudo de danos ao patrimônio histórico e cultural	II	20
21	Ciências Humanas	Resgate da memória coletiva da comunidade	II	12
22	Jurídico	Suporte jurídico para elaboração de medidas reparatórias	IV	24
23	Saúde Coletiva	Estudo sobre implementação de políticas públicas de saúde	I	12
24	Saúde Coletiva	Estudos sobre implementação de políticas públicas de assistência social	I	12
25	Saúde Coletiva	Estudos sobre implementação de políticas públicas de saúde mental	I	12

1. Diagnóstico socioeconômico-cultural e consolidação do perfil dos atingidos e das atingidas

Este produto objetiva levantar as informações iniciais para subsidiar o processo de reparação integral dos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem B-I da Mina do Córrego do Feijão. Serão desenvolvidas duas etapas de levantamentos, contínuas e complementares, que vão sistematizar os dados socioeconômicos-culturais de Brumadinho e consolidar os dados já produzidos no âmbito do processo de reparação integral.

Para atuação inicial, faz-se necessário organizar, sistematizar e analisar dados secundários e informações já disponíveis, elaborados por órgãos públicos, contidas na Ação Civil Pública, apresentadas pela Vale e outros atores que atuam sobre o território. Esta etapa produzirá um diagnóstico socioeconômico-cultural preliminar, compilando dados e informações levantadas que servirão de base para atuação da assessoria técnica no município.

A segunda etapa, que poderá ocorrer concomitante a primeira, será realizada diretamente com o conjunto dos atingidos e das atingidas a partir da metodologia de





participação. Para a caracterização e identificação dos danos individuais homogêneos ou danos coletivos dos grupos de atingidos que tiveram sua renda, meios de subsistência, e/ou modo de vida comprometidos, ou que tenham sofrido ou venham a sofrer qualquer tipo de dano por fatos decorrentes do rompimento, será realizado um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), levantando categorias profissionais, grupos etários, gêneros, comunidades tradicionais entre outros atingidos. Será também objetivo do DRP o levantamento das demandas emergenciais, na perspectiva de avaliar se estão sendo atendidas, propor aprimoramento e acompanhar o encaminhamento.

Portanto, o DRP será a base para formulação da matriz de dados e informações dos danos, contendo prévia identificação dos atingidos e das atingidas inseridas nas categorias/grupos de atingidos, sendo considerado para estruturação do SIG. Esta matriz subsidiará as demais consultorias, na definição sobre as metodologias participativas e instrumentos a serem aplicados para levantar e sistematizar os danos causados às categorias/grupos de atingidos.

2. Levantamento de demandas emergenciais em saúde

A partir das reuniões realizadas com as comunidades do município de Brumadinho, foi possível constatar a presença de diversos danos relativos à saúde em decorrência do desastre. Sintomas tais como alergias de pele e respiratórias, bem como os danos causados à saúde mental como o aumento no consumo de álcool e outras drogas, ideação suicida, aumento de quadros depressivos, de insônia e de estresse são apenas alguns dos relatos da população atingida. Muitos dos danos citados são de caráter emergencial, portanto, é necessário realizar um levantamento e sistematização das demandas emergenciais prioritárias, contribuindo para uma avaliação preliminar e indicando propostas de readequação das ações imediatas no âmbito da saúde em curso.

Diante desse quadro, a consultoria objetiva a contratação de uma equipe técnica que fará o levantamento das demandas emergenciais em saúde ainda não contempladas ou adequadas pelos serviços de saúde hoje disponíveis aos atingidos e atingidas, seja do município, pelas instituições colaboradoras ou pelo quadro de profissionais de saúde contratados pela Vale para ações mitigatórias após o desastre sociotecnológico. O levantamento subsidiará a continuidade e/ou ampliação das medidas mitigatórias a fim de





garantir que os atingidos e atingidas que ainda não foram contemplados por tais medidas tenham acesso a serviços e atendimentos de qualidade.

3. Monitoramento sistemático e contínuo de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos

Na grande maioria das comunidades que participaram do processo de levantamento dos danos do presente Projeto, especialmente as comunidades de Córrego do Feijão, Parque da Cachoeira, Pires e Córrego Fundo - onde há grandes volumes dos rejeitos provenientes do rompimento da barragem - foi levantada preocupações sobre as consequências da lama nas condições ambientais e de saúde à curto, médio e longo prazo.

Sabe-se que há efeitos deletérios à biodiversidade aquática e do solo em decorrência da disponibilização de metais pesados como cádmio, chumbo, mercúrio e outros – como já identificados nas águas do Rio Paraopeba – no que se refere à microfauna e microflora, e que estes são potencializados a cada degrau ascendente na cadeia alimentar²⁸.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de um monitoramento e acompanhamento contínuo e sistemático das condições da fauna e flora; qualidade das águas superficiais e subterrâneas; da medição da quantidade das águas (vazões) superficiais e da disponibilidade das águas subterrâneas (p.e. por meio de piezômetros), bem como análises de toxicidade do solo e do ar nas redondezas das comunidades atingidas, especialmente nas comunidades onde ainda há depósito de grandes quantidades de rejeitos.

4. Povos e Comunidades Tradicionais: Quilombos

As Comunidades Sapé, Ribeirão e “Marinhos e Rodrigues” são Comunidades Quilombolas do município de Brumadinho certificadas pela Fundação Cultural Palmares²⁹

²⁸ A biomagnificação é o conceito relativo ao aumento da concentração de uma substância ou elemento nos organismos vivos, à medida que percorre a cadeia alimentar e passa a se acumular no nível trófico mais elevado.

²⁹ SAPÉ: Comunidade Certificada em 06/12/2005 (FCP); Processo de Titulação (Regularização Fundiária) no INCRA 54170.000708/2012-80; Situação atual: aguardando elaboração de RTID (Relatório de Técnico de Identificação e Delimitação). RIBEIRÃO: Comunidade Certificada em 04/11/2010 (FCP); Processo de Titulação (Regularização Fundiária) no INCRA 54170.004339/2011-13; Situação atual: aguardando elaboração de RTID (Relatório de Técnico de Identificação e Delimitação). MARINHOS E RODRIGUES: Comunidade Certificada em 04/11/2010 (FCP); Processo de Titulação (Regularização Fundiária) no INCRA 54170.004340/2011-48; Situação atual: sistema eletrônico de informação do INCRA não deu





(FCP). O cuidado e respeito aos direitos de Comunidades Tradicionais é um princípio da Assessoria e de todo processo de Reparação Integral.

Assim, necessário assegurar a Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informada (CCPLI)³⁰ para a Reparação Integral, bem como compreender as dinâmicas e relações institucionais já existentes referentes a asseguarção dos direitos dessas comunidades.

Nesse sentido, a presente consultoria tem como objetivo a elaboração de Protocolo de Consulta, as discussões de direito e o levantamento documental necessários para isso e o acompanhamento do diálogo das comunidades com as demais consultorias para diagnóstico e formulação das medidas reparatórias com base no Protocolo formulado.

Para tanto, iniciará com a discussão do direito a CCPLI junto à comunidade como primeiro momento de apropriação sobre o direito e compreensão do que ele significa no contexto da Reparação Integral. A partir dessa discussão, passar a elaboração de Protocolo de Consulta. O Protocolo de Consulta vinculará todas as ações de outras consultorias e, principalmente qualquer decisão relativa à ação e intervenção a ser realizada em seus territórios, é um fio condutor que guiará o que e como fazer.

Compreendendo que a Consulta deve ser realizada pelo Estado Brasileiro, através da Fundação Cultural Palmares, a consultoria tem em seu objetivo estabelecer desde o início diálogo dos Atingidos e Assessoria com o órgão.

Para a formulação e debates sobre a elaboração do Protocolo de Consulta e da Reparação Integral a tais comunidades, faz-se como atividade antecedente e necessária o levantamento da situação documental nos órgãos e informações sobre o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que formaliza a abrangência dos territórios das comunidades. Ressaltando a importância da relação com território para dimensionar danos materiais e imateriais.

retorno (processo não online). Como foi Certificada na mesma data de Ribeirão é provável que também esteja aguardando a elaboração de RTID, necessitando acesso ao processo físico para melhor informação.

³⁰ Atendendo às exigências normativas conforme Convenção nº. 169/OIT, ratificada em 20 de junho de 2002, e que entrou em vigor em 25 de julho de 2003; Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), em vigor no Brasil desde 25 de setembro de 1992, e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), assinada em 2007.





Além disso, o levantamento dos documentos relativos às comunidades e a garantia de seus direitos, especialmente junto aos órgãos FCP, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é outro objetivo que coaduna com a consecução da elaboração das medidas reparatórias dessas comunidades.

Por fim, tal consultoria deverá acompanhar o diagnóstico de danos que lhes foram causados pelo desastre sociotecnológico da mineradora Vale na cidade de Brumadinho e a elaboração das medidas reparatórias. Importante ressaltar que no diálogo inicial já foi identificado que o desastre sociotecnológico isolou parcialmente as comunidades do território, limitando a mobilidade e acesso aos centros educacionais, de saúde e de alimentação. Faz-se necessária a demanda do estudo visto que trata-se de um público que carrega suas especificidades a partir das tradições, culturas e ancestralidade, as quais são protegidas e garantidas por lei.

5. Levantamento de danos aos animais

O produto visa construir processo de identificação dos danos causados aos animais extraviados, desalojados ou prejudicados das distintas formas, considerando os danos físicos e de exposição a possíveis consequências de intoxicação em decorrência ao rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão em Brumadinho. Ademais, a partir de processos participativos junto aos atingidos e atingidas, a consultoria também tem por objetivo elaborar medidas capazes de contribuir para a reparação integral aos danos identificados.

Salienta-se considerar os animais de criações visando a produção como aves, peixes, bovinos, ovinos e caprinos, os animais domésticos (cachorros, gatos, equinos, entre outros), bem como os animais silvestres.

Nas comunidades urbanas, a preocupação com a assistência animal tem relação tanto com as possíveis doenças que poderiam transmitir para humanos, quanto ao cuidado com os animais doméstico que "são parte da comunidade"- como relatado por uma atingida - ou seja, há uma dimensão de afeto que envolve e dimensiona a saúde na relação com o meio. O produto se justifica pelos relatos concretos de morte de animais no instante após o rompimento e em período posterior, apresentando considerável importância ao risco de contaminação por metais pesados.





Além disso, caberá identificar a destruição das benfeitorias e dos demais espaços de criações decorrentes do avanço da lama de rejeitos, causando danos econômicos e materiais aos atingidos.

6. Estudo sobre famílias com necessidade de reassentamento para elaboração do Plano de reassentamento familiar e coletivo

Com o rompimento, o direito à moradia de várias famílias foi violado e deve ser restituído. Não somente aquelas em que a lama destruiu suas casas, mas todas as moradias que foram atingidas em decorrência do rompimento da barragem. Tendo em vista que a moradia é um direito humano universal e faz parte do direito à um padrão de vida adequado. Ou seja, não se resume apenas ao bem material (casa), mas envolve o direito de viver em algum lugar em segurança, paz e dignidade.

A presente consultoria será subsidiada por produtos anteriores e deverá identificar as famílias que desejam os reassentamentos coletivos e os reassentamentos familiares, ou reconstrução e reforma de suas casas.

Para o acesso ao direito ao reassentamento ou à reconstrução das moradias, deve-se levar em consideração as diversas situações de danos e possibilidades de reparação, para posteriormente elaborar um Plano de Trabalho que apresente todas as etapas necessárias para efetivação dos reassentamentos.

Situações específicas da realidade de Brumadinho serão levantadas ao longo do processo de diagnóstico e levantamento dos danos causados às moradias atingidas. Deve-se devolver as condições de moradia adequada e ainda garantir a retomada das atividades produtivas, a volta dos modos de vida e acesso à todos os bens coletivos (posto de saúde, igreja, escola etc.).

Alguns casos poderão ensejar, a reconstrução, ou reformas nas casas que sofreram danos em decorrência de atividades de construção ou qualquer ação da empresa no território.

Em suma, para todas essas dimensões elencadas deverá ser elaborado o conceito urbanístico, levando em consideração toda estrutura, áreas coletivas, estrutura viária, equipamentos públicos, água e saneamento.

A participação dos atingidos e atingidas é condição imprescindível em todo o processo do reassentamento, desde a escolha do local, onde serão reassentados, a elaboração





dos projetos individuais, a escolha das empresas que atuarão ou a definição pela autogestão e construção.

7. Dimensão fundiária das áreas atingidas

O rompimento da barragem em Brumadinho destruiu várias propriedades rurais e urbanas, e em decorrência disso a desvalorização dos imóveis na cidade também se deu por esse fato, conforme relatados pelos atingidos e sistematizados nos Relatórios de Campo³¹.

Diante disso, a presente consultoria tem por objetivo fazer um o levantamento das áreas atingidas, realizando um levantamento da situação fundiária de cada imóvel atingido, bem como realizar uma pesquisa sobre o processo de desvalorização dos imóveis na cidade a partir de pesquisas de mercado antes e depois do rompimento da barragem.

Esse produto é importante, porque ele será subsídio para matriz de danos, bem como, para realização dos reassentamentos familiares e ou coletivos que vierem a ser construídos, e dar condições as famílias atingidas em terem informações técnicas e suficientes para seu processo de reparação integral no que tange ao direito à moradia, à posse e a propriedade, uso, e da produção que tinham antes do rompimento que mudou a realidade dessas comunidades.

A consultoria irá atuar para levantar informações sobre: a) os terrenos, terras ou áreas urbanas, b) análise documentais cartoriais, c) avaliação de danos causados aos terrenos e a casas, d) desvalorização dos imóveis para fins reparatórios. Neste sentido, a dimensão fundiária das áreas atingidas versará sobre possíveis medidas para restituição/indenização.

8. Levantamento de áreas degradadas

Buscará proceder um levantamento das áreas degradadas que sofreram com a mineração exploratória no município de Brumadinho, visando a elaboração de propostas de recuperação de áreas anteriormente utilizadas pelos atingidos e pelas atingidas, seja as que têm por finalidade a conservação (uso sustentável) e preservação, como as que busquem a recuperação de áreas para a produção agrícola. Neste sentido, o produto tem por objetivo

31 Relatório de Campo do Parque da Cachoeira, datado de 11/06/2019. Relatório de Campo de Pires, datado de 12/06/2019. Relatório de Campo de Centro e São Conrado, datado de 13/06/2019. Relatório de Campo de Colégio e Martins, datado de 14/06/2019. Relatório de Campo de Massangano, Casinhas, Grotta, Gomes, Taquaraçu, datado de 10/06/2019. Relatório de Campo de Piedade do Paraopeba, datado de 13/06/2019. Relatório de Campo de Jardim Casa Branca, datado de 11/06/2019. Relatório de Campo de Melo Franco, datado de 14/06/2019. Relatório de Campo de Casa Branca, datado de 15/06/2019.





assessorar os atingidos a respeito de decisões relacionadas às ações de recuperação, e manutenção, da cobertura vegetal de nascentes e demais Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal no que elas venham impactar seus modos e projetos de vida.

Será objeto de análise as consequências ambientais provocadas pela passagem da lama de rejeitos e sua interferência na vida da população atingida, relacionadas, entre outras, à questões econômicas, sociais, culturais, de acesso ao lazer e à sociabilidade. É sabido que houve alterações significativas e que não há previsão para que a natureza retome seu curso normal no que diz respeito às diversas cadeias da fauna e flora que dependem do mesmo para sua reprodução e ao longo dos diversos hectares de terra atingida. As comunidades atingidas perderam espaços de produção, moradia, lazer e socialização comunitária, e tiveram alteradas suas formas de relação com o ambiente.

O presente produto fará o monitoramento do manejo de rejeitos, preocupação identificada nas primeiras reuniões em campo, em especial nas comunidades de Pires, onde foi relatada a preocupação relativa a contaminação pelos rejeitos que estão sendo depositados nas redondezas da comunidade e em Bela Vista, comunidade vizinha que relata preocupação com a poeira trazida pelos ventos.

O diagnóstico deve contribuir para as proposições de reparação no que diz respeito ao ambiente e as relações socioambientais estabelecidas a partir do mesmo.

9. Monitoramento de segurança de barragens

A Política Nacional de Segurança de Barragens (lei nº 12.334/2010) cria regras para a acumulação de água, de resíduos industriais e a disposição final ou temporária de rejeitos. Essa política também estabelece que a Agência Nacional de Águas (ANA) é a responsável por organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB); promover a articulação entre os órgãos fiscalizadores de barragens; coordenar a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens; e receber denúncias dos demais órgãos ou entidades fiscalizadores sobre qualquer não conformidade que implique em risco imediato à segurança ou qualquer acidente ocorrido nas barragens³².

Em Brumadinho, segundo a ANA, há 7 (sete) barragens de rejeitos com “baixo” risco de ruir, mas com alto potencial de danos associados em caso de rompimento. As empresas

³² Disponível em: <https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/barragens>





responsáveis por estas estruturas são: I) Minerações Brasileiras Reunidas (MBR, em sua filial Anísio Eduardo Silva), com 1 (uma) barragem; II) VALE S/A, com 5 (cinco) barragens, e III) Vallourec Mineração Ltda, com 1 (uma) barragem.

O acompanhamento pleno dos passos dados pelos órgãos públicos é necessário e fundamental, não só para informar aos atingidos e atingidas, mas sobretudo para promover sua formação e sua participação em instâncias deliberativas e de planejamento visando influenciar e garantir direitos geralmente não incorporados às prioridades dos empreendedores e ao movimento político institucional do desenvolvimento socioeconômico e socioambiental.

Conforme relatórios das primeiras visitas a campo, que tiveram como objetivo o levantamento de danos, vários foram os relatos de atingidos e atingidas que demonstram o constante sentimento de insegurança de permanecer e transitar no território, devido a ausência de informações confiáveis sobre a segurança das barragens que estão em seu entorno. Assim, baseados nos princípios da não repetição, do acesso à informação, ficou demonstrado a real necessidade do monitoramento dos níveis de segurança que estas barragens possuem, posto que se relaciona diretamente ao processo de efetivação da reparação integral.

10. Construção de Matriz de Reconhecimento da Reparação Integral

A consultoria terá como objetivo a construção de Matriz de Reconhecimento dos Atingidos e Atingidas contendo os Parâmetros, Diretrizes, Critérios de reconhecimento e prioridade, bem como Indicadores para avaliação da efetivação das medidas. A consultoria se desenvolverá por eixos conforme prioridades estabelecidas pelos atingidos e atingidas e estará em diálogo com os produtos das demais consultorias.

Nesse sentido a cada eixo, a consultoria seguirá duas fases. Na primeira fase, a consultoria terá a tarefa de prestar assessoria jurídica especializada em conflitos e processos de reparação para contribuir com os atingidos na elaboração de propostas de medidas reparatórias com seus parâmetros, diretrizes e critérios que reflitam sobre seus direitos.

Para isso, realizará o levantamento jurídico direcionado para os direitos violados e a serem reparados, bem como analisará os diagnósticos realizados, de forma a dialogar direitos e danos e suas várias dimensões, produzindo material didático para reflexão dos atingidos.





Na segunda fase, a consultoria terá como objeto a construção das Medidas Reparatórias, seus Parâmetros, Diretrizes, Critérios, formando uma Matriz de reconhecimento, que servirá como base em todo processo de reparação. Essa construção será feita de forma coletiva, com a participação dos atingidos e das atingidas.

Está incluída nessa construção, a partir do DRP, a elaboração, juntamente com os atingidos, de alguns critérios que possam definir prioridades no atendimento e no processo de reparação, dadas as necessidades mais urgentes de determinados indivíduos, comunidades ou grupo específicos, bem como as medidas reparatórias emergenciais.

11. Levantamento sobre a saúde dos atingidos e atingidas

A consultoria especializada em questão tem como objetivo realizar um levantamento de dados sobre a situação de saúde-doença do conjunto da população atingida, comparativamente antes e após o rompimento. Deve ser realizada a partir de dados da Secretaria Municipal de Saúde, bem como dos serviços de saúde, dos estudos já realizados por universidades e outras instituições sobre o tema da saúde na região.

A partir do levantamento, será feita uma sistematização dos dados a fim de amparar os estudos das políticas públicas de saúde, de saúde mental e de assistência social. Esta consultoria, em articulação com os demais estudos mencionados e a gestão pública, possibilitará a elaboração de medidas para a reparação integral dos danos à saúde.

12. Levantamento dos impactos na vida das mulheres

Esse produto tem como objetivo levantar as perdas e danos sofridos pelas mulheres em função do rompimento. Frente à estruturação patriarcal da sociedade brasileira, faz-se necessário levantar as especificidades dos danos na vida de mulheres para superar os problemas causados ou agravados pelo desastre, entendendo a transversalidade da questão de gênero para o processo reparatório e a necessidade que esse processo seja acompanhado de equidade.

Por isso, propõe-se que essa consultoria, atue no sentido de levantar os danos que as mulheres de Brumadinho tiveram em função do rompimento da barragem, quais consequências a médio e longo prazo, a diferenciação no processo de reparação integral dessas mulheres, para que a vida possa ser igual ou melhor das condições anteriores ao rompimento.





13. Formação sobre direitos

A Formação sobre Direitos visa subsidiar os atingidos e as atingidas em todo o processo de reparação, e fortalecendo os atingidos no conhecimento de seus direitos, a fim de reduzir os desequilíbrios de poderes entre as partes envolvidas, além de contribuir para que subsidie a construção de medidas de não repetição. Neste sentido, o produto fornecerá aos atingidos e as atingidas a formação necessária para sobre direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA) para os atingidos e as atingidas, baseado em documentos oficiais, tratados nacionais e internacionais sobre a temática dos direitos humanos e atingidos por barragens.

O produto consiste na execução de seminários e na formulação de materiais formativos sobre aspectos básicos do Direito e do Sistema de Justiça brasileiro, Dhescas, contextualizados à realidade local, a fim de promover a participação ampla e informada nos processos decisórios e a efetivação plena da reparação integral das perdas e danos sofridos pelos atingidos e atingidas em Brumadinho.

14. Reativação econômica da zona rural

Este produto pretende realizar diagnóstico sobre as possibilidades e potencialidades das áreas rurais para reativação econômica, no intuito de restabelecer uma dinâmica econômica independente e sustentável no meio rural, tanto para as atividades agrícolas, pecuárias e pesqueiras, como para atividades turísticas, culturais, culinárias, produção de artesanatos, entre outras. Tem o caráter de médio a longo prazo na medida em que visa a consolidação de medidas estruturantes da economia rural. Buscará subsídios em diagnósticos realizados anteriormente e nas etapas de encaminhamento das questões emergenciais. Buscará auxiliar na elaboração de propostas de restabelecimento das atividades outrora desenvolvidas pelas famílias, ajustando sua compatibilidade ao período atual, e/ou propor o desenvolvimento de novas formas de geração de trabalho e renda, tal como a possibilidade de fomentar meios de produção, beneficiamento e agregação de valor da produção com o intuito de elevar a renda proporcionada pela atividade produtiva. Fornecerá atenção especial





para agricultores em geral, mulheres, quilombolas, e outras categorias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O diagnóstico e o plano para reativação econômica priorizará os circuitos curtos de comercialização, partindo do aspecto da soberania territorial, possuindo como base novos princípios e relações mais justas entre produtores e consumidores. Versará na definição de diferentes estratégias para tornar os cidadãos mais ativos, como a construção de formas alternativas das relações produtivas e comerciais. O acúmulo de saberes e a geração de renda proporcionada pelos sistemas curtos de comercialização, considerando os benefícios sociais, culturais e ambientais trazidos por essas práticas agrícolas, culinárias, artísticas e turísticas, constitui fonte de empoderamento dos povos e comunidades rurais além de fomentar o desenvolvimento territorial sustentável, fortalecendo os processos de soberania regional.

O produto se justifica pelo potencial apresentado no meio rural de Brumadinho, destacando os aspectos agrícolas e turístico, sendo uma zona com intensa presença de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tal potencialidade pode ser ressaltada ao considerarmos a possibilidade de circuitos curtos de comercialização, destacando a região metropolitana de Belo Horizonte, a qual apresenta proximidade geográfica e aludindo ao aspecto social/relacional presente na ligação entre consumidor e produtor, nos processos de desenvolvimento local e na territorialização da alimentação.

15. Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)

O estudo para efetivação de projetos de ATER se justifica pela elevada dimensão e importância que o meio rural apresenta no território de Brumadinho. Praticamente todas as comunidades rurais possuem seu histórico ligado à agricultura e até os dias atuais esse setor possui destacada importância social, cultural e econômica. Segundo dados preliminares do último censo agropecuário de 2017, são 17.102,870 hectares, somadas as áreas das propriedades existentes no município, e 443 estabelecimentos rurais que praticam a agricultura. Ainda diante dos dados vale ressaltar que, 40% dos estabelecimentos declaram não utilizar agrotóxicos em seus cultivos, e o número de pessoal empregado é de 1493 pessoas. O potencial agrícola do território é evidenciado pela diversidade de cultivos temporários e perenes, com destaque para mexerica, mandioca e forte presença da horticultura, além da pecuária. Paralelo aos potenciais dados agrícolas, 40% dos estabelecimentos afirmam nunca ter recebido assistência técnica, evidenciando a urgência





em desenvolver um programa de Ater que consiga atingir o conjunto total de agricultores na perspectiva de potencializar os aspectos produtivos objetivando um desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma, a ação deve privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais.

Serão elaborados projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural no território de Brumadinho, em consonância com a demanda dos atingidos e das atingidas, objetivando elaborar medidas capazes de contribuir para a construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, sejam elas de natureza emergencial, ou de médio e longo prazo, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, centrado na expansão e fortalecimento dos agricultores de Brumadinho, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida no meio rural e adotando os princípios da agroecologia como eixo orientador das ações.

Insere-se neste produto um dos principais danos sofridos pelos/as agricultores/as após o rompimento da barragem: a não aceitação dos produtos nos mercados usuais anteriores ao desastre sociotecnológico, principalmente por receio quanto à sua contaminação.

16. Reativação econômica da zona urbana

Este produto objetiva a análise das cadeias produtivas locais e proposições no sentido de restabelecer ou fomentar uma dinâmica econômica independente e sustentável. Buscará restabelecer as atividades outrora desenvolvidas pelas famílias, desde que esta seja a vontade das mesmas, ou até mesmo propor novas formas e sistemas de geração de trabalho e renda. Tem o caráter de médio a longo prazo na medida em que visa a consolidação de medidas estruturantes da economia urbana. Buscará subsídios em diagnósticos realizados anteriormente e nas etapas de encaminhamento das questões emergenciais.

Nos relatos dos atingidos colhidos nas reuniões de apresentação e início de elaboração do plano de trabalho desta assessoria técnica, surgiu o entendimento da necessidade de diversificação de oportunidades econômicas que hoje são essencialmente ligadas à mineração, ao setor público e ao comércio. Também foi levantada a questão do elevado número de desempregados, subempregados e a baixa qualificação profissional em determinadas comunidades. A exemplo do ocorrido no município de Mariana, há uma





expectativa de queda nas receitas fiscais municipais que vem acompanhada de um acréscimo das despesas. Exemplo disso é o aumento do dispêndio em saúde pública e infraestrutura urbana ocasionados tanto pelo agravamento das condições preexistentes quanto pelo surgimento de novas demandas ocasionadas, por exemplo, pelo afluxo populacional verificado e relatado pelas comunidades. Uma constante nas reuniões preparatórias do plano de trabalho da assessoria técnica foi a queixa relativa à subida de preços de serviços e mercadorias. Tal processo inflacionário é específico, podendo estar relacionado com o desastre e suas consequências, e seus impactos de longo prazo merecem atenção e monitoramento.

17. Planejamento coletivo das ações e medidas de compensação

A compensação é uma das dimensões importantes no processo de Reparação Integral. Deve compensar elementos de forma individual ou coletiva que não podem ser restituídos ou indenizados. Tem, portanto, uma dimensão não monetária, e está ligada também com o aspecto da satisfação, no sentido dos atingidos terem de volta elementos os quais não foi possível restituir, mas que podem e devem ser compensados de alguma forma.

Nesse sentido o produto terá como objetivo o planejamento e detalhamento, junto aos atingidos e às atingidas, de propostas de ações e medidas compensatórias aos danos coletivos causados, como por exemplo a demanda por saneamento básico identificada no primeiro trabalho em campo. Estará atento às orientações presentes no já citado Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres que traz o conceito de “reconstruir melhor” e será subsidiado pelos resultados da consultoria especializada de Construção de Matriz de Reconhecimento da Reparação Integral no sentido de encaminhar uma pauta construída coletivamente de medidas compensatórias que se mostrem alternativas satisfatórias às perdas estabelecidas pelo desastre sociotecnológico. Cabe ressaltar que as propostas resultantes do presente produto não pretendem esgotar as políticas de compensação no âmbito do processo de reparação.

Vários aspectos ligados ao turismo, relações de lazer e comunitárias estabelecidas com o rio, sofreram danos que devem ser compensados. A análise deve também apontar ajustes necessários e novas ações que precisam ser incorporadas para que haja compensação justa pelas perdas e danos sofridos em relação à sociedade e à natureza.





18. Levantamento de danos à infraestrutura do município

O presente produto tem como objetivo fazer o levantamento dos danos à infraestrutura do município em decorrência do rompimento da barragem da Vale.

A partir dos relatos de atingidos e atingidas nas primeiras idas a campo, foram levantados alguns danos ou agravamento de problemas na oferta dos serviços e infraestrutura do município, seja em função do rompimento, seja nas atividades realizadas posteriormente.

Importante destacar que, em casos de desastres, observa-se um aumento populacional e conseqüentemente o aumento das demandas do serviço público municipal e deterioração da infraestrutura.

Isso se dá, por exemplo, no aumento da necessidade de abastecimento de água, sobrecarga na mobilidade urbana, da rede de esgotamento sanitário, danos à rede elétrica e viária, frente ao aumento do fluxo de veículos pesados. Cabe ressaltar que o município não estava preparado para a ocorrência do fato e que, portanto, também é atingido e deve ser reparado integralmente.

Diante disso, esta consultoria se propõe a elaborar um Plano de reparação e recuperação das edificações e infraestruturas urbanas e rurais no município de Brumadinho a partir do que for levantado também dos danos ao serviço público.

19. Acesso à Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Em diversas comunidades houveram relatos dos atingidos de um grande refluxo no acesso e nas atividades de cultura, turismo, esporte e lazer após desastre sociotecnológico em Brumadinho.

Observou-se ainda que, devido à sua grande extensão territorial, o Município de Brumadinho oferece opções variadas de turismo, cultura, esporte e lazer, que estão localizadas em comunidades e regiões muito distintas. Assim, como forma de atender as diferenças regionais e os grupos existentes, o produto desta consultoria poderá ser debatido nos Seminários Temáticos, garantindo a discussão do tema com os mais diversos públicos existentes no Município.

O produto consiste no levantamento dos danos relativos ao acesso à cultura, turismo, esporte e lazer no município de Brumadinho, potencializando iniciativas já existentes e estudando alternativas de medidas, ações e políticas públicas voltadas para estas áreas.





20. Estudo de danos ao patrimônio histórico e cultural

O rompimento da barragem de rejeitos da Vale em Brumadinho provocou danos ao patrimônio histórico e cultural do município. Atingidos e atingidas de Córrego do Feijão e Parque da Cachoeira relatam que locais onde a comunidade realizava celebrações, eventos tradicionais e festas estão atualmente debaixo da lama. Festas juninas que ocorriam tradicionalmente em Aranha e Tejuco não irão acontecer devido ao abalo emocional sentido após o rompimento da barragem. Guarda de Moçambique, Congado e Folia de Reis são algumas das manifestações culturais praticadas pelos povos quilombolas presentes no território e que constituem o patrimônio imaterial dessas comunidades.

Faz-se necessário a contratação de uma consultoria especializada para estudar os danos ao patrimônio histórico e cultural de Brumadinho, levando em conta as diversas exigências técnicas para essa finalidade e o diálogo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e demais instituições competentes.

21. Resgate da memória coletiva da comunidade

A memória coletiva se diferencia da história na medida em que “em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social³³”. Presente nos modos de fazer e agir culturalmente enraizados em uma coletividade, está intimamente ligada à noção de identidade.

Essa consultoria dialoga estreitamente com o estudo relativo ao patrimônio histórico e cultural e também com questões relativas à educação (mais especificamente ao cumprimento da lei 10.639) embora não se confunda com os mesmos. Sua relação é de complementaridade na medida em que um estudo da memória coletiva deve enriquecer o espectro do patrimônio imaterial de uma comunidade e através de atividades educativas, pode ser incorporado no currículo escolar.

Terá como objeto realizar levantamento da história, através de metodologia que promova a reprodução oral, ouvindo as comunidades atingidas e sistematizando de forma que contribua na preservação de sua memória. Poderá ser organizada com os grupos de base

³³ HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.





e comissões através de oficinas com dinâmica própria, entrevistas individuais e/ou coletivas. A partir das oficinas, será produzido material de sistematização que podem ser teipes, transcrição escrita e também podem ser utilizadas outras formas de linguagem.

Bebendo de diversos processos históricos de superação de eventos traumáticos, a noção de direito à memória e à verdade surge como fundamento garantidor da justiça e da não repetição. Neste sentido, a construção de um memorial do desastre é uma reivindicação dos atingidos, que reclamam o protagonismo em sua concepção. Esta consultoria terá, portanto, um segundo produto que será o planejamento deste memorial junto aos atingidos.

22. Suporte jurídico para elaboração de medidas reparatórias

O produto tem como objetivo o suporte jurídico para a elaboração das medidas reparatórias às atingidas e aos atingidos, em conformidade com os parâmetros internacionais de proteção aos direitos humanos. Dessa forma, o produto fornecerá as informações para a construção de soluções coletivas para as medidas reparatórias, fundado em parâmetros, diretrizes e critérios em todas as dimensões para constituição da reparação integral (mitigação, compensação, recuperação, restituição, satisfação, não repetição e indenização) tanto para danos materiais como imateriais.

Esse produto irá incluir a construção dessas diretrizes e demais de modo participativo com as comunidades, para garantir a efetividade das medidas propostas mediante a satisfação do público. Estará dividido em duas modalidades conforme os eixos de prioridade de atendimento que serão constituídos no produto anterior.

23. Estudo sobre implementação de políticas públicas de saúde

É comum em contextos de emergências e desastres que os dispositivos de saúde apresentem recursos limitados diante do aumento da demanda e/ou da gravidade dos casos. Diante disso, a presente consultoria especializada tem por objetivo compreender os danos causados pelo rompimento da barragem, levando em consideração a situação anterior ao desastre sociotecnológico e o ônus gerado à Rede de Atenção à Saúde (RAS) de Brumadinho e, consequentemente, aos atingidos e atingidas que dela fazem uso. Este estudo é complementar à consultoria que realizará o levantamento sobre a saúde dos atingidos e





atingidas, gerando resultados que servirão de base para a construção, junto à população e à gestão pública, de respostas do setor saúde³⁴.

24. Estudos sobre implementação de políticas públicas de assistência social

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) visam prevenir e/ou reduzir situações de risco social e pessoal, além de assegurar serviços socioassistenciais e proteger pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade. Em situações de emergências e desastres, os danos atingem especialmente este público³⁵. Portanto, esta consultoria visa um levantamento sobre a implementação das políticas públicas de assistência social no município de Brumadinho, desenvolvendo estudos com objetivo de compreender a realidade e a complexidade dos danos à população atendida pelos serviços de assistência social na região. O levantamento subsidiará, em articulação com a equipe de assessoria técnica, com os grupos de base e com a gestão municipal, a construção de propostas de reparação integral aos danos às famílias atingidas que fazem uso dos serviços.

25. Estudos sobre implementação de políticas públicas de saúde mental

Segundo o “*Guía práctico de salud mental en situaciones de desastres*”³⁶, estima-se que de um terço à metade das populações atingidas por desastres sofre alguma manifestação psicológica. Ainda que nem todas as manifestações sejam consideradas patológicas, é importante ressaltar que problemas relativos à saúde mental dos atingidos demandam atenção e planejamento a curto, médio e longo prazo. Deve-se considerar a complexidade envolvida não só nas consequências emocionais diretas advindas do desastre sociotecnológico, mas também nos impactos ocorridos no ambiente dos atingidos, os efeitos diretos e indiretos na dinâmica social, a desestruturação da vida familiar e do tecido social.

³⁴ FREITAS, Carlos M. (Coordenação). Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres. Rio de Janeiro, RJ : Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018.

³⁵ FREITAS, Carlos M. (Coordenação). Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres. Rio de Janeiro, RJ : Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018.

³⁶ ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Guía práctica de salud mental en desastres. Washington - D.C.: OPS, 2006.





Diante disso, a consultoria deverá realizar estudos específicos no âmbito dos serviços de saúde mental do município, levando em consideração a situação anterior ao desastre sociotecnológico e o ônus gerado à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Brumadinho. Tal estudo deverá subsidiar a assessoria técnica que, junto aos atingidos(as) e à gestão municipal, poderá elaborar propostas de medidas e ações para a reparação integral em saúde mental.





7. CRONOGRAMA

O cronograma abaixo contém as estimativas dos períodos (meses) de execução dos trabalhos iniciais para implementação da assessoria, das atividades e das consultorias especializadas.

O cronograma poderá sofrer alterações ao longo da execução deste Plano, observando-se prioridades e demandas elencadas pelos atingidos e atingidas, exigindo uma reconfiguração das datas e prazos abaixo estabelecidos.

ATIVIDADES - ANO 01	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	DURAÇÃO DAS CONSULTORIAS E OBSERVAÇÕES ÀS ATIVIDADES
Estabelecimento no território – Escolha dos locais para os escritórios – elaboração dos contratos dos prestadores de serviço, fornecedores, aquisição dos equipamentos e organização dos espaços de atendimento.	X	X											Início das atividades de organização e chegada no território (3 escritórios) e equipamentos para funcionamento
Processo seletivo inicial – Publicação dos editais de seleção, análises de currículos e realização das entrevistas.	X	X											Contratação dos profissionais que atuarão no território de Brumadinho
Planejamento e formação da equipe – as atividades serão de acordo com a Metodologia PMAS.		X	X				X	X				X	A formação da equipe é permanente ao longo da execução do projeto
Reuniões com as Comissões para planejamento das atividades e assembleias com atingidos.			X	X									Será elaborado junto às comissões um planejamento sobre as reuniões da comissão ao longo do trabalho
Assembleias iniciais no território para apresentação da assessoria e das metodologias de trabalho detalhadas e organização dos critérios para início dos GBs.				X	X	X							Essas assembleias são iniciais, entretanto, ocorrerão assembleias deliberativas.
Início dos Grupos de Base (Divisão dos grupos e estabelecimento dos dias de cada grupo) – trabalho permanente dos grupos de bases.				X	X	X	X	X	X	X	X	X	Os grupos de base são permanentes, cada grupo vai construir um pouco a dinâmica, se semanal ou quinzenal de acordo com as atividades a serem desenvolvidas





Reunião com o coletivo dos coordenadores - formação				X		X		X		X		X	Será construído com o coletivo de coordenadores um planejamento de trabalho e periodicidade de acordo com as atividades
Reuniões institucionais – órgãos dos Poderes Públicos e entidades da sociedade civil organizada.			X	X	X			X		X		X	Ao chegar no território serão feitos contatos para construir uma agenda com os órgãos dos Poderes Públicos e da sociedade civil para apresentação do plano e diálogo sobre as atividades e informações necessárias à atuação no território
Realização dos Seminários temáticos de acordo com as temáticas construídas junto à equipe					X			X				X	Os seminários temáticos, serão por tema e por território. No primeiro ano serão três seminários por território (5), a partir do ano 02 serão 5 por território.
Assembleias deliberativas - cinco regiões do território.						X			X			X	Ocorrerão por ano, quatro assembleias por território. Logo, serão 20 assembleias por ano ao total.
Reuniões com Instituições de Justiça, audiências Públicas e audiências judiciais.													As reuniões com as instituições de justiça serão de acordo com as agendas construídas por elas
Execução do Produto 01 - Diagnóstico socioeconômico-cultural e consolidação do perfil dos atingidos e das atingidas a) Estudos e análises de dados secundários sobre o município de Brumadinho; b) Aplicação do DRP e formulação da matriz de dados e informações.					X	X	X	X	X	X			Este produto será por etapas, cada alínea terá uma dinâmica e um planejamento. Duração: 6 meses
Execução do Produto 02 – Levantamento de demandas emergenciais em saúde				X	X	X	X	X	X	X			Duração: 6 meses
Execução do Produto 03 – Monitoramento sistemático e contínuo de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos				X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 43 meses
Execução do Produto 04 - Povos e comunidades tradicionais: Quilombos				X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 40 meses
Execução do Produto 05 - Levantamento dos danos aos animais					X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 24 meses





Execução do Produto 06 – Estudo sobre famílias com necessidade de reassentamento para elaboração do Plano de reassentamento familiar e coletivo							X	X	X	X	X	X	Duração: 38 meses
Execução do Produto 07 - Dimensão Fundiária das áreas atingidas							X	X	X	X	X	X	Duração: 12 meses
Execução do Produto 08 – Levantamento de áreas degradadas							X	X	X	X	X	X	Duração: 20 meses
Execução do Produto 09 - Monitoramento de segurança de Barragens										X	X	X	Duração: 38 meses
Relatório de atividades da equipe técnica					X	X					X	X	Enquanto durar o projeto a cada seis meses
ATIVIDADES - ANO 02	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	DURAÇÃO DAS CONSULTORIAS E OBSERVAÇÕES ÀS ATIVIDADES
Reuniões de Planejamento anual da equipe	X				X				X			X	De acordo com a metodologia de planejamento e monitoramento
Avaliação e ajuste do Plano de Trabalho	X	X											Atividade de avaliação do primeiro ano de trabalho e revisão se necessário
Assembleias deliberativas - cinco regiões do território.		X			X			X			X		Assembleias por território
Reuniões com as Comissões		X		X		X		X		X		X	Reuniões fixas planejadas
Reuniões de Grupos de Base		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Reuniões fixas planejadas
Reunião com o coletivo dos coordenadores - formação			X		X		X		X		X		Reuniões fixas planejadas
Avaliação e ajuste do Plano de Trabalho	X	X											Atividade de avaliação do primeiro ano de trabalho e revisão se necessário
Realização dos Seminários temáticos de acordo com as temáticas construídas junto à equipe		X		X		X		X		X			Os seminários temáticos, serão por tema e por território. No primeiro ano serão três seminários por território (5), a





														partir do ano 02 serão 5 por território.
Reuniões com Instituições de Justiça, audiências Públicas e audiências judiciais.														As reuniões com as instituições de justiça serão de acordo com as agendas construídas por elas
Execução do Produto 03 – Monitoramento sistemático e contínuo de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 43 meses
Execução do Produto 04 - Povos e comunidades tradicionais: Quilombos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 40 meses
Execução do Produto 05- Levantamento dos danos aos animais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 24 meses
Execução do Produto 06 – Estudo sobre famílias com necessidade de reassentamento para elaboração do Plano de reassentamento familiar e coletivo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 38 meses
Execução do Produto 07- Dimensão Fundiária das áreas atingidas	X	X	X	X	X	X								Duração: 12 meses
Execução do Produto 08 – Levantamento de áreas degradadas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 20 meses
Execução do Produto 09 - Monitoramento de segurança de Barragens	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 38 meses
Execução do Produto 10 – Construção de Matriz de Reconhecimento da Reparação Integral	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 18 meses
Execução do Produto 11 – Levantamento sobre a saúde dos atingidos e atingidas	X	X	X	X	X	X	X	X						Duração: 8 meses
Execução do Produto 12- Levantamento dos impactos na vida das mulheres	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 24 meses





Execução do Produto 13 - Formação sobre Direitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 22 meses
Execução do Produto 14 - Reativação econômica da zona	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 36 meses
Execução do Produto 15- Acompanhamento de assistência técnica rural	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 36 meses
Execução do Produto 16 - Reativação econômica da zona urbana	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 36 meses
Execução do Produto 22 - Suporte jurídico para elaboração de medidas reparatórias	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 24 meses
Execução do Produto 23 – Estudo sobre implementação de políticas públicas de saúde	X	X	X	X	X	X							Duração: 6 meses
Execução do Produto 24 – Estudo sobre implementação de políticas públicas de assistência social	X	X	X	X	X	X							Duração: 6 meses
Relatório de atividades da equipe técnica					X	X					X	X	Enquanto durar o projeto a cada seis meses
ATIVIDADES - ANO 03	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	DURAÇÃO DAS CONSULTORIAS E OBSERVAÇÕES ÀS ATIVIDADES
Reuniões de Planejamento e monitoramento anual da equipe	X			X				X				X	De acordo com a metodologia de planejamento e monitoramento
Assembleias deliberativas - cinco regiões do território.		X			X			X			X		Assembleias por território
Reuniões com as Comissões		X		X		X		X		X		X	Reuniões fixas planejadas
Reuniões de Grupos de Base		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Reuniões fixas planejadas





Reunião com o coletivo dos coordenadores - formação		X		X		X		X		X		X	Reuniões fixas planejadas
Realização dos Seminários temáticos de acordo com as temáticas construídas junto à equipe		X		X		X		X		X			Os seminários temáticos, serão por tema e por território. No primeiro ano serão três seminários por território (5), a partir do ano 02 serão 5 por território.
Execução do Produto 03 – Monitoramento sistemático e contínuo de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 43 meses
Execução do Produto 04- Povos e comunidades tradicionais: Quilombos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 40 meses
Execução do Produto 05 - Levantamento dos danos aos animais	X	X	X	X									Duração: 24 meses
Execução do Produto 06 - Estudo sobre família com necessidade de reassentamento para elaboração do Plano de reassentamentos familiar e coletivo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 38 meses
Execução do Produto 08 - Levantamento de áreas degradadas	X	X											Duração: 20 meses
Execução do Produto 09- Monitoramento e segurança de Barragem	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 38 meses
Execução do Produto 10- Construção de Matris de Reconhecimento da Reparação Integral	X	X	X										Duração: 24 meses
Execução do Produto 11 – Levantamento sobre a saúde dos atingidos e atingidas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 34 meses





Execução do Produto 12- Levantamento dos impactos na vida das mulheres	X	X	X	X									Duração: 24 meses
Execução do Produto 13-Formação em Direitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			Duração: 22 meses
Execução do Produto 14 - Reativação econômica da zona rural	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 36 meses
Execução do Produto 15- Acompanhamento de assistência técnica rural	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 36
Execução do Produto 16 - Reativação econômica da zona urbana	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração:36 meses
Execução do Produto - 17 – Planejamento coletivo das ações e medidas de compensação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 18 meses
Execução do Produto 18 – Levantamento de danos à infraestrutura do município			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração:10 meses
Execução do Produto 19 – Acesso à cultura, turismo, esporte e lazer	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 23 meses
Execução do Produto 20 – Estudo de danos ao patrimônio cultural e imaterial	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 20 meses
Execução do Produto - 21 – Resgate da memória coletiva	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 12 meses
Execução do Produto 22 - Suporte jurídico para elaboração do de medidas reparatórias	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 24 meses
Relatório de atividades da equipe técnica					X	X					X	X	Enquanto durar o projeto a cada seis meses





ATIVIDADES - ANO 04	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	DURAÇÃO DAS CONSULTORIAS E OBSERVAÇÕES ÀS ATIVIDADES
Reuniões de Planejamento anual da equipe	X				X				X			X	De acordo com a metodologia de planejamento e monitoramento
Assembleias deliberativas - cinco regiões do território.		X			X			X			X		Assembleias por território
Reuniões com as Comissões		X		X		X		X		X		X	Reuniões fixas planejadas
Reuniões de Grupos de Base		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Reuniões fixas planejadas
Reunião com o coletivo dos coordenadores - formação			X		X		X		X		X		Reuniões fixas planejadas
Realização dos Seminários temáticos de acordo com as temáticas construídas junto à equipe		X		X		X		X		X			Os seminários temáticos, serão por tema e por território. No primeiro ano serão três seminários por território (5), a partir do ano 02 serão 5 por território.
Execução do Produto 03 – Monitoramento sistemático e contínuo de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			Duração: 43 meses
Execução do Produto 04- Povos e comunidades tradicionais: Quilombos	X	X	X	X	X	X	X						Duração: 40 meses
Execução do Produto 06 – Estudo sobre as famílias com necessidade de reassentamento para elaboração do Plano de reassentamento familiar e coletivo	X	X	X	X	X	X	X	X					Duração: 38 meses
Execução do Produto 09- Monitoramento e segurança de Barragem	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		Duração: 38 meses
Execução do Produto 11 – Levantamento sobre a saúde dos atingidos e atingidas	X	X	X										Duração: 34 meses
Execução do Produto 14 - Reativação econômica da zona rural	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 36 meses





Execução do Produto 15 - Acompanhamento de assistência técnica rural	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 36 meses
Execução do Produto 16 - Reativação Econômica da zona Urbana	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Duração: 36 meses
Execução do Produto 19 – Acesso à Cultura, turismo, esporte e lazer	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		Duração: 23 meses
Execução do Produto 21 – Estudo de danos ao patrimônio cultural e imaterial	X	X	X	X	X	X	X	X						Duração: 20 meses
Relatório de atividades da equipe técnica					X	X						X	X	Enquanto durar o projeto a cada seis meses



8. ORÇAMENTO

Total do Investimento					
DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	Δ%
1. Metodologia de Participação e Formação				2.940.750,00	3,6%
1.1 - Assembleias	Und.	75	14.550,00	1.091.250,00	1,35%
1.2 - Seminários Temáticos	Und.	90	12.450,00	1.120.500,00	1,38%
1.3 - Formação dos Coordenadores dos Grupos de Base	Und.	180	4.050,00	729.000,00	0,90%
2 - CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS				11.650.000,00	14,4%
Consultorias Especializadas - I	Und.	4	100.000,00	400.000,00	0,49%
Consultorias Especializadas - II	Und.	7	250.000,00	1.750.000,00	2,16%
Consultorias Especializadas - III	Und.	9	500.000,00	4.500.000,00	5,55%
Consultorias Especializadas - IV	Und.	5	1.000.000,00	5.000.000,00	6,17%
3 - RECURSOS HUMANOS				47.076.261,63	58,0%
3.1 - Salários/Encargos e Benefícios	Mês	48	980.755,45	47.076.261,63	58,05%
4 - CUSTEIO				8.220.704,00	10,1%
4.1 - Custeio do Projeto	Mês	48	171.264,67	8.220.704,00	10,14%
5- Comunicação				632.000,00	0,8%
Folder/banner	Und.	30.000	7,20	216.000,00	0,27%
Cartilhas - Formação	Und.	40.000	6,70	268.000,00	0,33%
Informativos/panfletos	Und.	80.000	0,60	48.000,00	0,06%
Produção áudio visual	Und.	4	25.000,00	100.000,00	0,12%
6- Administrativo				10.577.957,34	13,0%
Reserva Técnica	%	5	3.525.985,78	3.525.985,78	4,3%
Taxa administrativa	%	10	7.051.971,56	7.051.971,56	8,7%
CUSTO TOTAL PREVISTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO				81.097.672,98	100,00%



1. Metodologia de Participação e Formação

Seminários Temáticos e Assembleias

Características	
Execução	AEDAS
Carga horária (h)	8
Total participantes Assembleias	250
Total participantes Seminários Temáticos	150

1.1 - Assembleias

Composição do Custo			
Especificação	Custo Unitário	Quantidade	Custo Por Assembleia
Alimentação (almoço e lanche)	25,00	250	6.250,00
Deslocamento	600,00	8	4.800,00
Aluguel de infraestrutura	1.500,00	1	1.500,00
Material Didático/Consumo	8,00	250	2.000,00
Custo Total			14.550,00

1.2 - Seminários Temáticos

Composição do Custo			
Especificação	Custo Unitário	Quantidade	Custo Por Seminario
Alimentação (almoço e lanche)	25,00	150	3.750,00
Deslocamento	400,00	5	2.000,00
Aluguel de infraestrutura	1.500,00	1	1.500,00
Material Didático/Consumo	8,00	150	1.200,00
Instrutor/Facilitador + Encargos	4.000,00	1	4.000,00
Custo Total			12.450,00



Formação - Coordenadores dos GBs	
Características	
Execução	AEDAS
Carga horária (h)	8
Total participantes Formação	50

1.3 - Formação dos Coordenadores dos Grupos de Base			
Composição do Custo			
Especificação	Custo Unitário	Quantidade	Custo Por Atividade
Alimentação (almoço e lanche)	25,00	50	1.250,00
Deslocamento	400,00	4	1.600,00
Aluguel de infraestrutura	1.000,00	1	1.000,00
Material Didático/Consumo	4,00	50	200,00
Custo Total			4.050,00

Custo Total Metodologia de Participação e Formação			
Metas Físicas e Financeiras	Quantidade	Valor Unitário	TOTAL
Assembleias	75	14.550,00	1.091.250
Seminários Temáticos	90	12.450,00	1.120.500
Formação dos Coordenadores dos Grupos de Base	180	4.050,00	729.000
Custo Total (R\$)			2.940.750,00



2 - CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS

2.1 - Consultorias Especializadas			
Especificação	Custo Médio Unitário	Quantidade	Custo Total
Consultorias Especializadas - I	100.000,00	4	400.000,00
Consultorias Especializadas - II	250.000,00	7	1.750.000,00
Consultorias Especializadas - III	500.000,00	9	4.500.000,00
Consultorias Especializadas - IV	1.000.000,00	5	5.000.000,00
Custo Total			11.650.000,00



3 - RECURSOS HUMANOS

3.1 - Salários/Encargos e Benefícios

Especificação	Quant.	Vigência - 01/09/2019 a 31/12/2019				4 meses
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL I
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		4
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	32	6.000,00	3.995,08	250,00	327.842,67	1.311.370,67
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	25	4.000,00	2.663,39	250,00	172.834,72	691.338,89
Comunicador social	3	6.000,00	3.995,08	250,00	30.735,25	122.941,00
Pedagogo	2	5.000,00	3.329,24	250,00	17.158,47	68.633,89
Profissional da Tecnologia da Informação	1	6.000,00	3.995,08	250,00	10.245,08	40.980,33
Assistente Administrativo	3	3.000,00	1.997,54	250,00	15.742,63	62.970,50
Analista Administrativo	1	4.000,00	2.663,39	250,00	6.913,39	27.653,56
Auxiliar Administrativo/Contábil	1	3.000,00	1.997,54	250,00	5.247,54	20.990,17
Auxiliar de serviços gerais	3	2.000,00	1.331,69	250,00	10.745,08	42.980,33
Recepcionista	3	2.000,00	1.331,69	250,00	10.745,08	42.980,33
Profissional da limpeza	3	1.500,00	998,77	250,00	8.246,31	32.985,25
Gestor de contratos	1	6.000,00	3.995,08	250,00	10.245,08	40.980,33
Gerente Financeiro do projeto	1	8.000,00	5.326,78	250,00	13.576,78	54.307,11
Coordenador de Grupo de Mobilização	5	7.000,00	4.660,93	250,00	59.554,65	238.218,61
Coordenador Áreas temáticas	6	7.000,00	4.660,93	250,00	71.465,58	285.862,33
Gestor da Informação	1	7.000,00	4.660,93	250,00	11.910,93	47.643,72
Coordenador Mobilização/Técnico	2	8.000,00	5.326,78	250,00	27.153,56	108.614,22
Coordenador Geral de Projeto	2	10.000,00	6.658,47	250,00	33.816,94	135.267,78
TOTAL - A					844.179,76	3.376.719,03



REAJUSTE MÉDIO A BASE DO SINDICATO - 7,00% (DATA BASE 1º DE JANEIRO)						
Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2020 a 31/12/2020				12 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL II
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		12
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	32	6.420,00	4.274,74	267,50	350.791,65	4.209.499,84
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	25	4.280,00	2.849,83	267,50	184.933,15	2.219.197,83
Comunicador social	3	6.420,00	4.274,74	267,50	32.886,72	394.640,61
Pedagogo	2	5.350,00	3.562,28	267,50	18.359,57	220.314,78
Profissional da Tecnologia da Informação	1	6.420,00	4.274,74	267,50	10.962,24	131.546,87
Assistente Administrativo	3	3.210,00	2.137,37	267,50	16.844,61	202.135,31
Analista Administrativo	1	4.280,00	2.849,83	267,50	7.397,33	88.767,91
Auxiliar Administrativo/Contábil	1	3.210,00	2.137,37	267,50	5.614,87	67.378,44
Auxiliar de serviços gerais	3	2.140,00	1.424,91	267,50	11.497,24	137.966,87
Recepcionista	3	2.140,00	1.424,91	267,50	11.497,24	137.966,87
Profissional da limpeza	3	1.605,00	1.068,68	267,50	8.823,55	105.882,65
Gestor de contratos	1	6.420,00	4.274,74	267,50	10.962,24	131.546,87
Gerente Financeiro do projeto	1	8.560,00	5.699,65	267,50	14.527,15	174.325,83
Coordenador de Grupo de Mobilização	5	7.490,00	4.987,20	267,50	63.723,48	764.681,74
Coordenador Áreas temáticas	6	7.490,00	4.987,20	267,50	76.468,17	917.618,09
Gestor da Informação	1	7.490,00	4.987,20	267,50	12.744,70	152.936,35
Coordenador Mobilização/Técnico	2	8.560,00	5.699,65	267,50	29.054,30	348.651,65
Coordenador Geral de Projeto	2	10.700,00	7.124,57	267,50	36.184,13	434.209,57
TOTAL - B					903.272,34	10.839.268,08



REAJUSTE MÉDIO A BASE DO SINDICATO - 7,00% (DATA BASE 1º DE JANEIRO)						
Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2021 a 31/12/2021				12 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL III
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		12
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	32	6.869,40	4.573,97	286,23	375.347,07	4.504.164,83
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	25	4.579,60	3.049,31	286,23	197.878,47	2.374.541,68
Comunicador social	3	6.869,40	4.573,97	286,23	35.188,79	422.265,45
Pedagogo	2	5.724,50	3.811,64	286,23	19.644,73	235.736,82
Profissional da Tecnologia da Informação	1	6.869,40	4.573,97	286,23	11.729,60	140.755,15
Assistente Administrativo	3	3.434,70	2.286,99	286,23	18.023,73	216.284,78
Analista Administrativo	1	4.579,60	3.049,31	286,23	7.915,14	94.981,67
Auxiliar Administrativo/Contábil	1	3.434,70	2.286,99	286,23	6.007,91	72.094,93
Auxiliar de serviços gerais	3	2.289,80	1.524,66	286,23	12.302,05	147.624,55
Recepcionista	3	2.289,80	1.524,66	286,23	12.302,05	147.624,55
Profissional da limpeza	3	1.717,35	1.143,49	286,23	9.441,20	113.294,44
Gestor de contratos	1	6.869,40	4.573,97	286,23	11.729,60	140.755,15
Gerente Financeiro do projeto	1	9.159,20	6.098,63	286,23	15.544,05	186.528,63
Coordenador de Grupo de Mobilização	5	8.014,30	5.336,30	286,23	68.184,12	818.209,46
Coordenador Áreas temáticas	6	8.014,30	5.336,30	286,23	81.820,95	981.851,36
Gestor da Informação	1	8.014,30	5.336,30	286,23	13.636,82	163.641,89
Coordenador Mobilização/Técnico	2	9.159,20	6.098,63	286,23	31.088,11	373.057,27
Coordenador Geral de Projeto	2	11.449,00	7.623,28	286,23	38.717,02	464.604,24
TOTAL - C					966.501,40	11.598.016,84



REAJUSTE MÉDIO A BASE DO SINDICATO - 7,00% (DATA BASE 1º DE JANEIRO)						
Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2022 a 31/12/2022				12 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL IV
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		12
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	32	7.350,26	4.894,15	306,26	401.621,36	4.819.456,37
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	25	4.900,17	3.262,77	306,26	211.729,97	2.540.759,60
Comunicador social	3	7.350,26	4.894,15	306,26	37.652,00	451.824,03
Pedagogo	2	6.125,22	4.078,46	306,26	21.019,87	252.238,40
Profissional da Tecnologia da Informação	1	7.350,26	4.894,15	306,26	12.550,67	150.608,01
Assistente Administrativo	3	3.675,13	2.447,07	306,26	19.285,39	231.424,71
Analista Administrativo	1	4.900,17	3.262,77	306,26	8.469,20	101.630,38
Auxiliar Administrativo/Contábil	1	3.675,13	2.447,07	306,26	6.428,46	77.141,57
Auxiliar de serviços gerais	3	2.450,09	1.631,38	306,26	13.163,19	157.958,27
Recepcionista	3	2.450,09	1.631,38	306,26	13.163,19	157.958,27
Profissional da limpeza	3	1.837,56	1.223,54	306,26	10.102,09	121.225,05
Gestor de contratos	1	7.350,26	4.894,15	306,26	12.550,67	150.608,01
Gerente Financeiro do projeto	1	9.800,34	6.525,53	306,26	16.632,14	199.585,64
Coordenador de Grupo de Mobilização	5	8.575,30	5.709,84	306,26	72.957,01	875.484,13
Coordenador Áreas temáticas	6	8.575,30	5.709,84	306,26	87.548,41	1.050.580,95
Gestor da Informação	1	8.575,30	5.709,84	306,26	14.591,40	175.096,83
Coordenador Mobilização/Técnico	2	9.800,34	6.525,53	306,26	33.264,27	399.171,28
Coordenador Geral de Projeto	2	12.250,43	8.156,91	306,26	41.427,21	497.126,53
TOTAL - D					1.034.156,50	12.409.878,02



REAJUSTE MÉDIO A BASE DO SINDICATO - 7,00% (DATA BASE 1º DE JANEIRO)						
Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2023 a 31/08/2023				8 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL V
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		8
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	32	7.864,78	5.236,74	327,70	429.734,86	3.437.878,87
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	25	5.243,18	3.491,16	327,70	226.551,06	1.812.408,51
Comunicador social	3	7.864,78	5.236,74	327,70	40.287,64	322.301,14
Pedagogo	2	6.553,98	4.363,95	327,70	22.491,26	179.930,06
Profissional da Tecnologia da Informação	1	7.864,78	5.236,74	327,70	13.429,21	107.433,71
Assistente Administrativo	3	3.932,39	2.618,37	327,70	20.635,37	165.082,96
Analista Administrativo	1	5.243,18	3.491,16	327,70	9.062,04	72.496,34
Auxiliar Administrativo/Contábil	1	3.932,39	2.618,37	327,70	6.878,46	55.027,65
Auxiliar de serviços gerais	3	2.621,59	1.745,58	327,70	14.084,61	112.676,90
Recepcionista	3	2.621,59	1.745,58	327,70	14.084,61	112.676,90
Profissional da limpeza	3	1.966,19	1.309,18	327,70	10.809,23	86.473,87
Gestor de contratos	1	7.864,78	5.236,74	327,70	13.429,21	107.433,71
Gerente Financeiro do projeto	1	10.486,37	6.982,32	327,70	17.796,39	142.371,09
Coordenador de Grupo de Mobilização	5	9.175,57	6.109,53	327,70	78.064,00	624.512,01
Coordenador Áreas temáticas	6	9.175,57	6.109,53	327,70	93.676,80	749.414,41
Gestor da Informação	1	9.175,57	6.109,53	327,70	15.612,80	124.902,40
Coordenador Mobilização/Técnico	2	10.486,37	6.982,32	327,70	35.592,77	284.742,18
Coordenador Geral de Projeto	2	13.107,96	8.727,90	327,70	44.327,12	354.616,93
TOTAL - E					1.106.547,46	8.852.379,66
RECURSOS HUMANOS - TOTAL - (A+B+C+D+E)						47.076.261,63



3.2 - Tabela Hora/Homem do salário inicial considerando encargos e 220 horas trabalhadas por mês.		
Especificação	Quantidade	Hora/Homem
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	32	R\$ 46,57
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	25	R\$ 31,42
Comunicador social	3	R\$ 46,57
Pedagogo	2	R\$ 39,00
Informação	1	R\$ 46,57
Assistente Administrativo	3	R\$ 23,85
Analista Administrativo	1	R\$ 31,42
Auxiliar Administrativo/Contábil	1	R\$ 23,85
Auxiliar de serviços gerais	3	R\$ 16,28
Recepcionista	3	R\$ 16,28
Profissional da limpeza	3	R\$ 12,49
Gestor de contratos	1	R\$ 46,57
Gerente Financeiro do projeto	1	R\$ 61,71
Coordenador de Grupo de Mobilização	5	R\$ 54,14
Coordenador Áreas temáticas	6	R\$ 54,14
Gestor da Informação	1	R\$ 54,14
Coordenador Mobilização/Técnico	2	R\$ 61,71
Coordenador Geral de Projeto	2	R\$ 76,86





4 - CUSTEIO

4.1 - Custeio do Projeto

Composição do Custo – Infraestrutura				
Especificação	Quant.	Unidade	Valor Unit.	Custo Total
Comunicação				
Despesas Postais/Correios	48	mês	200,00	9.600,00
Telefone (plano corporativo com linha exclusiva e internet)	48	mês	6.300,00	302.400,00
Telefone fixo e Internet (para 3 escritório)	144	mês	450,00	64.800,00
Sub-total				376.800,00
Serviços Prestados - Pessoa Física e Jurídica (Inclusive Encargos)				
Serviços prestados -Pessoa Jurídica	48	mês	2.000,00	96.000,00
Serviços prestados -Pessoa Física	48	mês	750,00	36.000,00
Serviços especializados em sistemas de informação geográfica (SIG)	24	mês	4.000,00	96.000,00
Serviços prestados na elaboração do Plano de Trabalho (45 dias)	1	mês	105.000,00	105.000,00
Plano de prevenção, medicina e segurança do trabalho	48	mês	500,00	24.000,00
Diárias para equipe (15 diárias por 48 meses)	720	unid.	110,00	79.200,00
Alojamento, transporte e alimentação para elaboração do plano de trabalho	1	unid.	20.000,00	20.000,00
Serviços Cartorários (autenticação, registro e reconhecimento de firma)	48	mês	200,00	9.600,00
Encadernações e Reprografia/Fotocópias	48	mês	1.200,00	57.600,00
Assessoria Jurídica	48	mês	8.500,00	408.000,00
Serviço Contábeis	48	mês	5.500,00	264.000,00
Serviços de Auditoria Independente Contábil e financeira	16	trimestre	45.000,00	720.000,00
Serviços de Auditoria Independente Finalística	8	semestre	80.000,00	640.000,00
Sub-total				2.555.400,00

Conservação e Manutenção de Bens e Instalações				
Conservação e Manutenção de Bens e Instalações	48	mês	700,00	33.600,00
Consertos mecânicos e restauração de avarias dos automóveis	20	mês	6.000,00	120.000,00
Seguro imóveis, alvará, taxa de fiscalização localização e funcionamento, taxa de incêndio e afins (3 esc	12	ano	800,00	9.600,00
Material de limpeza, Copa e Cozinha	144	mês	500,00	72.000,00
Sub-total				235.200,00
Diversos				
Material de Escritório	48	mês	1.200,00	57.600,00
Consumo - Lanches/Padaria	144	mês	440,00	63.360,00
Águas potável	13432	garrafão	9,50	127.604,00
Aluguel de Imóvel - 3 escritórios	144	mês	3.000,00	432.000,00
Aluguel de garagem	48	mês	2.000,00	96.000,00
Energia elétrica (3 imóveis + garagem)	192	mês	500,00	96.000,00
Água (3 imóveis + garagem)	192	mês	250,00	48.000,00
seguro automóveis	80	mês	2.500,00	200.000,00
Licenciamento, emplacamento e taxas Detran	80	mês	500,00	40.000,00
Combustível	48	mês	21.000,00	1.008.000,00
Intercâmbio dos atingidos	16	unid.	25.000,00	400.000,00
Alimentação Reuniões de Comissão/Coordenação de Grupo de Base	2064	unid.	200,00	412.800,00
Sub-total				2.981.364,00





Aquisição de Periféricos				
Motos - 300 cilindradas	3	unid.	21.000,00	63.000,00
Aluguel veículo para elaboração do Plano de Trabalho	4	unid.	1.800,00	7.200,00
Veículos - Hatch	14	unid.	55.000,00	770.000,00
Veículos - Pick-up ou SUV	3	unid.	115.000,00	345.000,00
Computador - All in One	17	unid.	4.200,00	71.400,00
Notebook	75	unid.	2.500,00	187.500,00
Tablet	35	unid.	1.500,00	52.500,00
Máquina Fotográfica	9	unid.	700,00	6.300,00
Acessórios fotográficos	1	unid.	3.000,00	3.000,00
Projetores	9	unid.	2.000,00	18.000,00
Tela para projeção	9	unid.	500,00	4.500,00
Aparelho televisor	3	unid.	2.700,00	8.100,00
Equipamentos de teleconferência (kit completo)	1	unid.	13.000,00	13.000,00
Cavalete Flip Chart	30	unid.	150,00	4.500,00
Equipamentos acessórios de informática	1	unid.	10.000,00	10.000,00
Gravador de áudio digital	20	unid.	250,00	5.000,00
Software, armazenamento em nuvem, programas e licenças de sistemas (equipamentos x 4 anos)	368	unid.	500,00	184.000,00
GPS	9	unid.	900,00	8.100,00
Mesa de Escritório	92	unid.	500,00	46.000,00
Cadeiras de Escritório	92	unid.	250,00	23.000,00
mesa de reunião	6	unid.	500,00	3.000,00
cadeiras simples	60	unid.	150,00	9.000,00
mesa de plástico	30	unid.	90,00	2.700,00
Cadeira de plástico	500	unid.	60,00	30.000,00
Caixa de som com microfone e auxiliares	10	unid.	3.300,00	33.000,00
Bebedouro	3	unid.	800,00	2.400,00
Geladeira, fogão e utensílios de cozinha (kit para 3 escritório)	3	unid.	4.000,00	12.000,00
Arquivo de escritório em aço	9	unid.	600,00	5.400,00
Armários para Escritório	75	unid.	500,00	37.500,00
Mobília para Escritório (acolhimento)	3	unid.	2.500,00	7.500,00
Aparelho telefônico móveis (smartphone)	92	unid.	800,00	73.600,00
Aparelho telefônico	12	unid.	120,00	1.440,00
Impressora Laser Jet portátil (6 unidades)	6	mês	800,00	4.800,00
Impressora colorida profissional (3 unidade)	3	mês	3.500,00	10.500,00
Impressora Multifuncional Profissional (3 unidade)	3	mês	3.000,00	9.000,00
Sub-total				2.071.940,00
Custo Total (R\$)				8.220.704,00

5- Comunicação

5.1 - Produtos de Comunicação

Composição do Custo			
Especificação	Quantidade	Custo Unitário	Valor Total (R\$)
Folder/banner	30.000	7,20	216.000,00
Cartilhas - Formação	40.000	6,70	268.000,00
Informativos/panfletos	80.000	0,60	48.000,00
Produção áudio visual	4	25.000,00	100.000,00
Total (R\$)			632.000,00





A previsão de 10% para taxa administrativa diz respeito a gastos que a AEDAS terá com o projeto e que são de difícil quantificação. Para a boa execução do presente projeto toda a infraestrutura, materiais, equipamentos e pessoal da AEDAS estarão à disposição. Para maior esclarecimento citamos alguns exemplos desta taxa já usual entre as entidades do terceiro setor: a) a sede da AEDAS em Belo Horizonte será utilizada pela equipe administrativa e para capacitações da equipe técnica, b) o pessoal do quadro fixo da entidade (setor de RH, setor de prestação de conta e setor de monitoramento de contratos) dedicará parte de seu tempo para o acompanhamento das atividades do projeto, c) os equipamentos e materiais da secretaria da AEDAS em Belo Horizonte, utilizados pela equipe descrita no item anterior, estarão à disposição do projeto, d) quando necessário os veículos da entidade (não vinculados ao projeto) estarão à disposição para boa execução da assessoria. Nenhum desses exemplos estão previstos nas planilhas de orçamento, principalmente porque estes custos não são integralmente do presente projeto, e sim uma fração dele.

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de desembolso				
	1ª Parcela	2ª Parcela	3ª Parcela	4ª Parcela
	Semestre 1	Semestre 2	Semestre 3	Semestre 4
1. Capacitações	R\$ 367.593,75	R\$ 367.593,75	R\$ 367.593,75	R\$ 367.593,75
2 - Consultoria	R\$ 2.330.000,00	R\$ 1.747.500,00	R\$ 1.747.500,00	R\$ 1.165.000,00
3 - Recursos Humanos	R\$ 5.884.532,70	R\$ 5.884.532,70	R\$ 5.884.532,70	R\$ 5.884.532,70
4 - Custeio	R\$ 2.840.535,50	R\$ 768.595,50	R\$ 768.595,50	R\$ 768.595,50
5- Comunicação	R\$ 79.000,00	R\$ 79.000,00	R\$ 79.000,00	R\$ 79.000,00
6 - Administrativo	R\$ 1.725.249,29	R\$ 1.327.083,29	R\$ 1.327.083,29	R\$ 1.239.708,29
SOMA	R\$ 13.226.911,25	R\$ 10.174.305,25	R\$ 10.174.305,25	R\$ 9.504.430,25
PORCENTAGEM	16%	13%	13%	12%

	5ª Parcela	6ª Parcela	7ª Parcela	8ª Parcela
	Semestre 5	Semestre 6	Semestre 7	Semestre 8
1. Capacitações	R\$ 367.593,75	R\$ 367.593,75	R\$ 367.593,75	R\$ 367.593,75
2 - Consultoria	R\$ 1.165.000,00	R\$ 1.165.000,00	R\$ 1.165.000,00	R\$ 1.165.000,00
3 - Recursos Humanos	R\$ 5.884.532,70	R\$ 5.884.532,70	R\$ 5.884.532,70	R\$ 5.884.532,70
4 - Custeio	R\$ 768.595,50	R\$ 768.595,50	R\$ 768.595,50	R\$ 768.595,50
5- Comunicação	R\$ 79.000,00	R\$ 79.000,00	R\$ 79.000,00	R\$ 79.000,00
6 - Administrativo	R\$ 1.239.708,29	R\$ 1.239.708,29	R\$ 1.239.708,29	R\$ 1.239.708,29
SOMA	R\$ 9.504.430,25	R\$ 9.504.430,25	R\$ 9.504.430,25	R\$ 9.504.430,25
PORCENTAGEM	12%	12%	12%	12%





10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na expertise da AEDAS na construção de processos de assessoria técnica as comunidades atingidas, fundamentado no trabalho de campo realizado ao longo de aproximadamente 45 dias junto as pessoas atingidas, construiu-se o Plano de Trabalho acima. Entende-se que na modalidade apresentada resta assegurada a ampla participação dos atingidos e das atingidas de modo informado e consciente tanto para a construção do processo reparatório, como para a consolidação da perspectiva de assessoria técnica proposta.

Cabe ainda destacar que a realidade socioeconômica presente em contexto de rompimento de barragem é demasiado dinâmica. Deste modo no decorrer da execução do Projeto novas dificuldades e dimensões poderão emergir, tal qual a necessidade de adaptação de produtos, da ampliação da constituição de comissões ou mesmo a ampliação das equipes técnicas. Qualquer proposta de ajuste e/ou alteração do Plano de Trabalho serão tratadas no âmbito da metodologia de participação proposta, em diálogo com as Instituições de Justiça e ao Juízo, para validação.

Com o avançar das tratativas que visem a implementação da reparação, o presente projeto poderá abarcar um terceiro eixo, para além da Assessoria, se assim for a vontade das famílias atingidas. Tal eixo seria o da participação direta em ações e medidas de reparação, como a prestação de Assistência Técnica.

Cabe esclarecer que a Assessoria Técnica no campo jurídico se destina exclusivamente a instrumentalizar os atingidos de informações jurídicas necessárias aos processos decisórios coletivos, não sendo seu papel manejar ações judiciais individuais. Ademais, todos os profissionais contratados deverão formalmente se comprometer a não se valer de informações e dados obtidos a partir do projeto para outros fins fora do escopo deste projeto.

Os recursos para o presente projeto serão levantados conforme procedimentos e orientações apresentadas pelo Juízo, que em linhas gerais prevê o depósito do total dos valores em conta da entidade, submetidos ao procedimento de auditorias e controle social. Desta forma, dispõe-se a cumprir todas as determinações legais e exigências estabelecidas para cumprimento da Assessoria Técnica às Comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B-I da Mina de Córrego do Feijão, no município de Brumadinho.





Elaborado por:

____/____/____

Data

Aprovador por:

____/____/____

Data

